

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2025**

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Demonstrações Contábeis

Índice

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	1
BALANÇO PATRIMONIAL	6
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	8
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	10
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	11

Notas explicativas

1	CONTEXTO OPERACIONAL	12
2	BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	13
3	POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	14
4	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	29
5	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	29
6	CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	30
7	VALORES A DEVOLVER DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS	31
8	PARTES RELACIONADAS	34
9	ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO	37
10	INTANGÍVEL	37
11	ATIVOS DE CONTRATO	38
12	FORNECEDORES	39
13	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	40
14	DEBÊNTURES	42
15	IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDOS	44
16	PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS E DEPÓSITOS VINCULADOS	46
17	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	49
18	PLANOS DE INCENTIVOS DE LONGO PRAZO	52
19	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	55
20	CUSTO DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS	56
21	ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA	57
22	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS	57
23	RESULTADO FINANCEIRO	58
24	BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO (ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA)	58
25	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	62
26	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	74
27	COMPROMISSOS FUTUROS	74



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.
São Luis - MA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standard) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada

As receitas de fornecimento de energia elétrica são reconhecidas quando do consumo da energia, conforme regime de competência, independente do seu faturamento, uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$ 205.795 mil em 31 de dezembro de 2025 e está divulgado na nota explicativa nº 6 às demonstrações contábeis.

O cálculo da receita não faturada foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da diretoria acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores, a fim de garantir que a receita seja mensurada de forma acurada e contabilizada na competência correta

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a compreensão e documentação do processo de estimativa, com revisão das premissas adotadas por parte da Diretoria; (ii) recálculo por consumidor da estimativa de receita não faturada com base nos dados do relatório extraído do sistema de faturamento, (iii) teste de detalhe em base amostral dos dados do relatório extraído do sistema de faturamento, que são utilizados na realização dos cálculos da estimativa de receita não faturada, (iv) procedimentos analíticos para desenvolver uma expectativa independente baseada no comportamento histórico dos saldos em análise; (v) reconciliação do saldo de receita de fornecimento de energia não faturada com os registros contábeis; e (vi) comparação da premissa de consumo médio estimado pela Companhia com o consumo médio real conforme relatório extraído da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita não faturada, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento adotadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

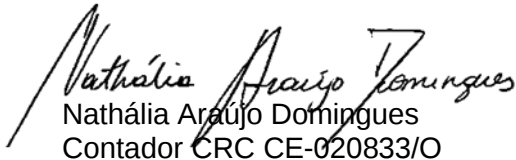
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 25 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F


Nathália Araújo Domingues
Contador CRC CE-020833/O

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)



Ativo	Notas	2025	2024	Passivo	Notas	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	41.861	130.195	Fornecedores	12	643.342	564.119
Aplicações financeiras	5	540.036	1.455.123	Fornecedores - Risco sacado	12.1	56.149	43.580
Contas a receber de clientes	6	1.435.898	1.204.264	Empréstimos e financiamentos	13	222.419	906.039
Almoxarifado		21.808	14.244	Debêntures	14	17.886	18.820
Serviços pedidos		84.439	87.569	Passivo de arrendamento	26.2	124	231
Subvenção CCC		3.901	-	Impostos e contribuições a recolher		204.579	162.156
Impostos e contribuições a recuperar		111.606	128.533	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		6.354	1.646
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		75.349	113.481	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		40.677	29.394
Instrumentos financeiros derivativos	25.4	-	120.044	Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	7	63.652	222.306
Depósitos vinculados	16	844	4.345	Contribuição de iluminação pública		48.681	44.290
Outros créditos a receber		199.757	143.065	Encargos setoriais		72.055	80.847
Total do ativo circulante		2.515.499	3.400.863	Participação nos lucros		56.524	46.855
Não circulante				Instrumentos financeiros derivativos	25.4	1.245	-
Aplicações financeiras	5	1.489	1.234	Provisões para riscos judiciais	16	20.738	29.282
Contas a receber de clientes	6	68.245	66.770	Dividendos a pagar	17.4	141.705	132.608
Serviços pedidos		16.001	11.562	Outras contas a pagar		216.965	224.142
Impostos e contribuições a recuperar		162.564	134.943	Total do passivo circulante		1.813.095	2.506.315
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		34.818	95.661	Não circulante			
Depósitos vinculados	16	147.065	187.987	Fornecedores	12	23.003	15.485
Benefício pós-emprego	24	6.949	5.693	Empréstimos e financiamentos	13	2.501.060	1.993.488
Outros créditos a receber		31.389	24.849	Debêntures	14	1.364.099	1.642.609
Ativo financeiro da concessão	9	5.943.147	4.887.009	Instrumentos financeiros derivativos	25.4	94.476	24.154
Investimentos		62	463	Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	7	18.143	125.232
Intangível	10	1.689.840	1.622.683	Passivo de arrendamento	26.2	244	337
Ativos de contrato	11	481.791	809.748	Impostos e contribuições a recolher		5.627	6.116
Direito de uso		342	545	Encargos setoriais		27.624	24.131
Total do ativo não circulante		8.583.702	7.849.147	Provisões para riscos judiciais	16	132.835	126.465
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.2	611.459	645.479
				Benefício pós-emprego	24	21.136	15.405
				Outras contas a pagar		63.430	36.573
				Total do passivo não circulante		4.863.136	4.655.474
				Patrimônio líquido			
				Capital social	17.1	1.863.606	1.863.606
				Ajuste de avaliação patrimonial		(4.817)	(43.617)
				Reserva de capital		55.475	52.353
				Reservas de lucros	17.2	2.508.706	2.215.879
				Total do patrimônio líquido		4.422.970	4.088.221
Total do ativo		11.099.201	11.250.010	Total do passivo e patrimônio líquido		11.099.201	11.250.010

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do resultado



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	19	6.976.919	6.212.072
Energia elétrica comprada para revenda	21	(3.057.179)	(2.744.453)
Custo de construção		(1.239.877)	(1.145.870)
Custo da operação		(592.525)	(585.409)
Custos de energia elétrica, construção e operação	20	(4.889.581)	(4.475.732)
Lucro bruto		2.087.338	1.736.340
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	20	(206.052)	(201.463)
Despesas gerais e administrativas	20	(370.943)	(246.380)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	20	(126.631)	(117.942)
Outras despesas operacionais, líquidas	22	(114.806)	(135.505)
Total de despesas operacionais		(818.432)	(701.290)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro		1.268.906	1.035.050
Receitas financeiras	23	486.933	531.255
Despesas financeiras	23	(877.482)	(750.561)
Resultado financeiro, líquido		(390.549)	(219.306)
Lucro antes de imposto de renda e da contribuição social		878.357	815.744
Imposto de renda e contribuição social - corrente	15.4	(180.685)	24.995
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	15.4	54.008	(99.402)
Impostos sobre o lucro		(126.677)	(74.407)
Lucro líquido do exercício		751.680	741.337
Lucro por ação básico e diluído - R\$			
Ação ordinária	17.3	4,57828	4,51528
Ação preferencial nominal - A	17.3	4,57828	4,51528
Ação preferencial nominal - B	17.3	4,57828	4,51528
Quantidade de ações ordinárias e preferenciais no final do período (em milhares de ações)		164.184	164.184

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)



	2025	2024
Lucro líquido do exercício	751.680	741.337
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Resultado abrangentes (<i>hedge</i> e benefícios pós-emprego)	(58.788)	(49.965)
Tributos diferidos sobre ganho (perda) de <i>hedge accounting</i> e benefícios pós-emprego	19.988	16.988
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	(38.800)	(32.977)
Total resultados abrangentes	712.880	708.360

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)



	Nota	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de capital	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total	
					Legal	Incentivos fiscais	Reserva de reforço de capital de giro			
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.651.592	(10.640)	48.568	93.828	492.395	1.231.310	249.413	-	3.756.466
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	741.337	741.337
Aumento de capital		212.014	-	-	(29.758)	(182.256)	-	-	-	-
Pagamentos baseados em ações - Stock option		-	-	2.877	-	-	-	-	-	2.877
Pagamentos baseados em ações - Matching shares		-	-	908	-	-	-	-	-	908
Dividendos adicionais distribuídos 2023		-	-	-	-	-	-	(249.413)	-	(249.413)
Resultado abrangente do período										-
Resultado de hedge accounting		-	(49.477)	-	-	-	-	-	-	(49.477)
Tributos diferidos sobre ganho de instrumentos financeiros derivativos		-	16.822	-	-	-	-	-	-	16.822
Resultado de (benefício pós-emprego)		-	(488)	-	-	-	-	-	-	(488)
Tributos diferidos sobre benefícios pós-emprego		-	166	-	-	-	-	-	-	166
Destinação do resultado										
Reserva legal		-	-	-	27.574	-	-	-	(27.574)	-
Reserva de incentivo fiscal		-	-	-	-	189.856	-	-	(189.856)	-
Reserva de reforço de capital de giro		-	-	-	-	-	74.043	-	(74.043)	-
Dividendos										-
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	-	318.887	(318.887)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-	(130.977)	(130.977)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.863.606	(43.617)	52.353	91.644	499.995	1.305.353	318.887	-	4.088.221
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	751.680	751.680
Pagamentos baseados em ações - Stock option	18	-	-	762	-	-	-	-	-	762
Pagamentos baseados em ações - Matching shares	18	-	-	2.360	-	-	-	-	-	2.360
Dividendos adicionais distribuídos 2024		-	-	-	-	-	-	(318.887)	-	(318.887)
Resultado abrangente do período										
Resultado de hedge accounting	25.4	-	61.448	-	-	-	-	-	-	61.448
Tributos diferidos sobre ganho de instrumentos financeiros derivativos	15.2	-	(20.892)	-	-	-	-	-	-	(20.892)
Resultado de (benefício pós-emprego)	24.4	-	(2.660)	-	-	-	-	-	-	(2.660)
Tributos diferidos sobre benefícios pós-emprego	15.2	-	904	-	-	-	-	-	-	904
Destinação do resultado										
Reserva legal	17.4	-	-	-	29.467	-	-	-	(29.467)	-
Reserva de incentivo fiscal	17.4	-	-	-	-	162.348	-	-	(162.348)	-
Reserva de reforço de capital de giro	17.4	-	-	-	-	-	419.899	-	(419.899)	-
Dividendos										
Dividendos mínimos obrigatórios	17.4	-	-	-	-	-	-	-	(139.966)	(139.966)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		1.863.606	(4.817)	55.475	121.111	662.343	1.725.252	-	-	4.422.970

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)



	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido no exercício	751.680	741.337
Ajustes para:		
Amortização	390.842	306.964
Baixa de intangível e financeiro	(12.322)	10.851
Atualização do ativo financeiro	(179.236)	(164.050)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias, cambiais e marcação a valor justo, líquidas	265.157	506.910
Perdas (ganhos) com instrumentos derivativos	249.808	(155.762)
Ajuste a valor presente	(74)	(4.592)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	126.631	117.942
Encargos financeiros sobre perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	1.270	(7.451)
Baixa de recebíveis incobráveis	4.517	57.297
Provisão e atualização para riscos judiciais	89.807	23.568
Provisão e atualização de encargos setoriais	57.153	49.656
Valor justo das opções de compra de ações	34.838	(2.878)
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	(271.203)	(68.638)
Imposto de renda e contribuição social correntes	180.685	(24.995)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(54.008)	99.402
Participação nos lucros	70.157	54.009
Benefício pós-emprego	1.237	942
Rendimentos de aplicações financeiras	(125.039)	(105.615)
Provisão para perda de estoque	16.939	(792)
Encargos de geração distribuída	-	825
Subtotal	1.598.839	1.434.930
Variações nos ativos e passivos, circulante e não circulantes		
Contas a receber de clientes	(361.610)	(205.900)
Serviços pedidos	27.107	17.762
Depósitos judiciais	44.423	(50.419)
Subvenção CCC	(3.901)	-
Almoxarifado	(7.564)	(2.934)
Impostos e contribuições a recuperar	(10.694)	(90.151)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	97.913	(10.639)
Outros créditos a receber	(67.075)	12.228
Fornecedores	57.932	(51.184)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(76.066)	(69.006)
Impostos e contribuições a recolher	41.934	46.147
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	(31.233)	62.651
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	5.460	28.373
Contribuição de iluminação pública	4.391	26.731
Participação nos lucros	(60.488)	(49.564)
Encargos setoriais	(95.804)	(69.819)
Provisão para riscos judiciais	(91.981)	(26.727)
Benefício pós-emprego	578	(519)
Outras contas a pagar	(12.036)	117.043
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(538.714)	(315.927)
Juros recebidos de aplicações financeiras	171.233	105.615
Imposto de renda e contribuição social pagos	(143.682)	(41.310)
Juros pagos	(280.732)	(262.002)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	806.944	921.306
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisições no ativo contratual	(870.167)	(1.009.144)
Resgates (aplicações) financeiras	868.638	(801.713)
Fluxo de caixa líquido utilizado das atividades de investimento	(1.529)	(1.810.857)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(852.450)	(351.705)
Captação de empréstimos e financiamentos	708.691	420.000
Captação de debêntures	-	1.027.196
Amortização de debêntures	(300.000)	-
Dividendos pagos	(449.756)	(390.666)
Amortização do passivo de arrendamento	(234)	338
Fluxo de caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades de financiamento	(893.749)	705.163
Redução em caixa e equivalentes de caixa	(88.334)	(184.388)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	130.195	314.583
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	41.861	130.195
Redução em caixa e equivalentes de caixa	(88.334)	(184.388)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.
Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024



(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Receitas		
Vendas de produtos, serviços e receitas de construção	8.463.679	7.405.709
Receitas de construção	1.239.877	1.145.870
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(126.631)	(117.942)
Subtotal	9.576.925	8.433.637
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IMA)		
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(4.297.056)	(3.890.323)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(522.532)	(518.138)
Subvenção CCC	(1.305)	-
Outras despesas	(164.555)	(149.800)
Subtotal	(4.985.448)	(4.558.261)
Valor adicionado bruto	4.591.477	3.875.376
Amortização	(390.842)	(306.964)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	4.200.635	3.568.412
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	500.216	542.388
Valor adicionado total a distribuir	4.700.851	4.110.800
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	114.880	98.878
Benefícios	59.361	49.916
FGTS	17.103	15.271
Subtotal	191.344	164.065
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	1.256.593	1.065.689
Estaduais	1.611.798	1.380.286
Municipais	2.380	2.331
Subtotal	2.870.771	2.448.306
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	721.328	631.388
Aluguéis	9.574	6.531
Outros despesas financeiras	156.154	119.173
Subtotal	887.056	757.092
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos	139.966	449.864
Lucro retidos	611.714	291.473
Subtotal	751.680	741.337
Valor adicionado	4.700.851	4.110.800

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 Contexto operacional

A Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia" ou "Equatorial Maranhão") é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na Alameda A, Quadra SQS, nº 100, Loteamento Quitandinha, bairro Altos do Calhau, cidade São Luís, no Estado do Maranhão, controlada pela Equatorial Energia Distribuição S.A., tendo por controladora final a Equatorial S.A. A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele Estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na área de concessão que abrange todo o Estado do Maranhão com 331.937(*) km², atendendo, em 31 de dezembro de 2025, 2.854.231(*) consumidores em 217 municípios, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia possui suas ações negociadas unicamente no Mercado de Balcão Organizado do Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3).

(*) referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre. Informação não auditada.

1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 28 de março de 2025, com fundamento na Lei nº 9.074/1995, no Decreto nº 12.068/2024 e no Termo Aditivo aprovado por meio do Despacho ANEEL nº 517/2025, a Companhia protocolou o pedido de prorrogação do Contrato de Concessão por mais 30 (trinta) anos, contados a partir do seu término, requerendo também a antecipação dos efeitos da prorrogação, conforme previsto no art. 10 do referido Decreto. A ANEEL aprovou o pleito de prorrogação do Contrato de Concessão da Equatorial Maranhão em 03 de junho de 2025, por meio do Despacho nº 1.581/2025, com base nos critérios de atendimento aos indicadores de qualidade e de sustentabilidade econômico-financeira, bem como comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e setorial e de qualificações jurídica. Atualmente, o processo se encontra no Ministério de Minas e Energia (MME) em vias de emissão do Ato de Prorrogação, seguido da convocação para a cerimônia de assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

1.2 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, promovendo alterações estruturais relevantes no sistema tributário nacional, a qual entrará em vigor a partir de 2026, com período de transição compreendido entre 2026 e 2032.

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, estabelecendo as diretrizes iniciais para a implementação da reforma tributária. Complementarmente, em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227/2026 que regulamenta a fiscalização, o processo administrativo e a estrutura do Comitê Gestor do IBS, consolidando os aspectos operacionais necessários para o início do período de teste do novo sistema. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Dessa forma, até 31 de dezembro de 2025, não foram reconhecidos efeitos da reforma tributária nas demonstrações contábeis da Companhia. No entanto, a Administração ressalta que o advento da LC 227/2026 traz maior previsibilidade ao rito de transição que se iniciará no exercício de 2026. A administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os impactos contábeis à medida que novas definições forem estabelecidas em legislação complementar.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

A Companhia, quando aplicável, também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; e (ii) perdas por redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos.

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e todos os valores estão arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de quaisquer incertezas, incluindo assuntos relacionados ao clima, que possam gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações contábeis apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de março de 2026.

2.2 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas de forma contínua pela Administração e os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Tópico	Notas explicativas	Descrição
Contas a receber de clientes	3.13.1, 6 e 25	Estimativas dos montantes da receita sobre a energia fornecida, porém não faturada.
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	3.14.2.1, 6.2 e 25	Critérios de análise de risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável.
Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros	3.6, 7 e 25	Critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens.
Ativo financeiro da concessão	3.3.1 e 9	Critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão.
Intangível	3.3.2 e 10	Cálculo da amortização do ativo intangível da concessão.
Ativos de contrato	3.4 e 11	Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão.
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	3.7.2 e 15.1	Recuperabilidade e estimativas das diferenças temporárias.
Provisão para riscos judiciais	3.15 e 16	Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas por meio da avaliação da probabilidade de perda.
Receita operacional líquida	3.1 e 19	Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de <i>performance</i> , entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.
Benefício pós-emprego	3.9 e 24	Estimativa dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios de assistência médica pós-emprego.
Instrumentos financeiros	3.13 e 25	Julgamentos e estimativas na mensuração de instrumentos financeiros, incluindo a determinação de valor justo, especialmente para instrumentos não cotados e derivativos, assim como premissas relacionadas a risco de crédito, taxas de mercado e modelos de precificação.
Transações de pagamentos baseados em ações	3.9.2, 18.1 e 18.3	As estimativas significativas referem-se à determinação do valor justo dos instrumentos concedidos na data da outorga e, no caso de planos liquidados em caixa, à mensuração do valor justo para o reconhecimento do passivo.

3 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais são aquelas importantes para demonstrar que a condição financeira e os resultados da Companhia foram aplicados de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações incluídas na nota explicativa nº 3.18 – Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes.

3.1 Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 (IFRS 15) – Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de *performance* ao transferir bens e serviços ao cliente.

As receitas operacionais da Companhia, no âmbito da atividade de distribuição de energia elétrica, são compostas por:

- (i) Receita de distribuição: reconhecida com base na energia elétrica efetivamente consumida pelos clientes, conforme o calendário de leitura e a tarifa estabelecida pela ANEEL. A receita não faturada, correspondente ao período entre a última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida no mês da prestação do serviço;
- (ii) Receita pela disponibilidade: uso da rede, referente à infraestrutura de distribuição colocada à disposição de consumidores livres e cativos, mensurada com base na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), conforme regulação da ANEEL;
- (iii) Receita de construção: derivada de serviços de construção e melhorias da infraestrutura associada à concessão, reconhecida conforme o estágio de execução da obra. Em função do modelo regulatório, essa receita é reconhecida com margem de lucro nula, uma vez que não há previsão tarifária de remuneração sobre essa atividade; e
- (iv) Receita de remuneração dos ativos financeiros indenizatórios: calculada pelo método dos juros efetivos, com base na taxa regulatória (WACC) e atualizada monetariamente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), refletindo o valor justo do ativo financeiro vinculável à indenização ao final da concessão, conforme Nota Explicativa 3.3.1 Ativo financeiro da concessão.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

3.3 Ativo Intangível e ativo financeiro da concessão

A Companhia opera sob contrato de concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica firmado com a União, na qualidade de poder concedente. O contrato estabelece que: (a) Os serviços a serem prestados, as classes de consumidores atendidas e os padrões de desempenho exigidos; (b) A obrigação de manutenção e devolução da infraestrutura nas mesmas condições originais, demandando investimentos contínuos; (c) O direito à indenização ao final da concessão pelos ativos vinculados não amortizados/depreciados; (d) A regulação tarifária com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), assegurando a cobertura de custos, amortização dos investimentos e remuneração do capital.

Em conformidade com a ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão, a Companhia adota os seguintes critérios de contabilização:

Ativo financeiro: referente ao direito incondicional de receber caixa do poder concedente pelos investimentos realizados, mensurado com base no Valor Novo de Reposição (VNR);

Ativo intangível: referente ao valor residual não indenizável, recuperável mediante a prestação contínua do serviço ao consumidor final.

A infraestrutura utilizada na concessão é recuperada através de:

- (i) faturamento decorrente do consumo de energia durante o prazo da concessão; e
- (ii) indenização por bens reversíveis ao final da concessão.

3.3.1 Ativo financeiro da concessão

A companhia reconhece ativo financeiro da concessão sempre que possui direito contratual incondicional de receber caixa do poder concedente (indenização). Quando a remuneração se dá parte por ativo financeiro e parte por ativo intangível, os componentes são reconhecidos separadamente com base em seu valor justo inicial, sem reclassificação posterior, salvo alteração no modelo de gestão dos ativos financeiros.

Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o ativo financeiro é atualizado, mensalmente, considerando o IPCA, por ser este um dos principais índices de atualização utilizado pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. A atualização é registrada contabilmente em receitas operacionais, conforme diretrizes da OCPC 05 – Contratos de Concessão, alinhando-se ao modelo de negócio da Companhia

A Lei nº 12.783/2013 determina que a indenização utilize a metodologia do VNR, considerando a Base de Remuneração Regulatória (BRR) estabelecida pela ANEEL. A remuneração inclui também ativos ainda não homologados, estimados com base no IPCA e projeções de glosas fundamentadas em experiências anteriores, conforme práticas da Administração, buscando refletir o valor justo dos ativos.

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente

3.3.2 Ativo intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. De acordo com o CPC 04 (IFRS 38) um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo, conforme estabelecido no CPC 04 (IFRS 38).

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o fim da vida útil do bem, limitado ao final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

3.3.3 Obrigações especiais

Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica, constituídas por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com a Companhia, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, sem a prévia anuência do Órgão Regulador. Essa exigência garante a conformidade com as regulamentações e a supervisão do órgão regulador, assegurando que as obrigações sejam tratadas de acordo com as normas estabelecidas, conforme previsto na Lei nº 8.987/1995 e na Lei nº 12.783/2013.

3.4 Ativos de contrato

Os ativos de contrato são direitos à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 (IFRS 15) – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) – Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativos de contrato em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a entrada desses bens em serviço (energização), e consequente transferência dos bens em construção (ativos de contrato) para intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo poder concedente ao concessionário é determinada de acordo com os termos do contrato de concessão.

Os ativos de contrato (infraestrutura em construção) são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição.

3.5 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo, conforme estabelecido no CPC 20 (IFRS 23) - Custo de Empréstimos. Essa norma permite a capitalização de custos de empréstimos durante o período de construção ou produção. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

3.6 Valores a receber (devolver) de Parcela A e outros itens financeiros

A estrutura das tarifas de energia elétrica da Companhia é composta por:

- Parcela A (custos não gerenciáveis): incluem encargos e custos com compra e transporte de energia, que são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo poder concedente, sem impacto direto no resultado da Companhia.
- Parcela B (custos gerenciáveis): referem-se a investimentos em infraestrutura, operação, manutenção e remuneração de capital. Essa parcela influencia diretamente o desempenho da Companhia, pois envolve riscos operacionais e não possui garantia de neutralidade tarifária.

As tarifas são definidas com base no modelo tarifário estabelecido pela Lei nº 8.987/1995, assegurando o equilíbrio econômico-financeiro das concessões. O modelo prevê:

- Reajuste tarifário anual, para atualização de custos;
- Revisão tarifária periódica a cada quatro anos, com recomposição da Parcela B e ajuste da Parcela A, conforme a Lei nº 12.783/2013.

Durante o processo tarifário, eventuais diferenças entre os custos estimados e os efetivamente incorridos da Parcela A, apurados no ciclo tarifário geram ativos ou passivos setoriais, registrados pelo regime de competência. Esses valores serão compensados financeiramente no ciclo tarifário subsequente ou, em caso de extinção da concessão, incluídos na base de indenização prevista contratualmente.

3.7 Imposto de renda e contribuição social

3.7.1 Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável do exercício, às alíquotas de 15% para o imposto de renda, acrescido de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil, e 9% para a contribuição social sobre o lucro líquido.

Quando aplicável, a Companhia compensa prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitados a 30% do lucro real do exercício.

Os tributos correntes a pagar ou a recuperar são reconhecidos no balanço patrimonial como ativo ou passivo, com base na melhor estimativa do valor esperado a recolher ou a recuperar, utilizando as alíquotas vigentes na data do balanço.

A Companhia compensa ativos e passivos fiscais correntes quando existe direito legalmente executável de compensação e há intenção de liquidar os valores em bases líquidas ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Em conformidade com o ICPC 22 — Tributos sobre o lucro, a Companhia avalia periodicamente a probabilidade de aceitação dos tratamentos fiscais adotados nas apurações do imposto de renda e da contribuição social. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração concluiu que é mais provável que os tratamentos sejam aceitos pela autoridade fiscal.

3.7.2 Imposto de renda e contribuição social diferido

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e suas bases fiscais.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização, considerando projeções baseadas nos planos de negócios da Companhia. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado periodicamente e reduzido quando não for mais provável sua realização.

Os tributos diferidos são mensurados pelas alíquotas vigentes na data do balanço, aplicáveis no período esperado de reversão das diferenças temporárias.

3.8 Subvenção e assistência governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que serão recebidas e de que todas as condições a elas vinculadas serão atendidas. Os benefícios relacionados a despesas são reconhecidos no resultado de forma sistemática ao longo do período do benefício. Aqueles vinculados a ativos são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado linearmente ao longo da vida útil estimada dos respectivos ativos. Benefícios não monetários são registrados pelo valor nominal e reconhecidos no resultado ao longo da vida útil do bem, em prestações anuais iguais.

3.8.1 Benefícios fiscais

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo Nº 37/2023 que concede a Companhia o direito à redução de 75% do imposto de renda, em razão da modernização total de empreendimento localizado em sua área de atuação, com prazo de vigência de 2023 até o ano de 2032.

3.8.2 Benefícios para reinvestimentos

O benefício fiscal, previsto na Lei nº 5.508/1968, permite o reinvestimento de até 30% do imposto de renda devido, acrescido de 50% de recursos próprios, em projetos na área da SUDENE, nos termos do Decreto nº 4.213/2002. Os valores são recolhidos ao Banco do Nordeste (BNB) e podem ser utilizados no ressarcimento de despesas já realizadas no ano-calendário correspondente à opção, ou para adquirir equipamentos novos, sendo vedada a utilização dos recursos em equipamentos usados ou recondicionados.

3.9 Benefícios a empregados

3.9.1 Benefícios pós-emprego e outros benefícios a empregados

A Companhia reconhece as obrigações de benefícios de curto prazo a empregados como despesas de pessoal à medida que os serviços são prestados, registrando passivos pelo montante do pagamento esperado quando houver obrigação legal ou construtiva mensurável.

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal quando incorridas, conforme as orientações do CPC 33 (IAS 1) Benefícios a Empregados, sendo ativos reconhecidos quando há expectativa de reembolso ou redução em pagamentos futuros.

Já os planos de benefício definido têm suas obrigações líquidas calculadas anualmente por atuário qualificado, considerando o valor presente dos benefícios futuros esperados, deduzidos dos ativos do plano. Reavaliações atuariais (ganhos e perdas), retorno dos ativos (exceto juros) e efeitos do teto são registrados diretamente em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos são calculados com base na taxa de desconto aplicada ao valor líquido passivo/ativo de benefício definido no início do período. Os juros líquidos e as demais despesas do plano são reconhecidos no resultado. Alterações e liquidações de planos são reconhecidas quando ocorrem.

3.9.2 Transações de pagamento baseado em ações

A Equatorial S.A. (Controladora indireta da Companhia) concedeu plano de pagamento baseado em ações e opção de compra de ações a administradores e colaboradores da Companhia.

A Companhia reconhece como despesa, contra patrimônio líquido ou passivo, os pagamentos baseados em ações à medida que os serviços são prestados. O valor justo dos prêmios concedidos a administradores e colaboradores é reconhecido como despesa de pessoal durante o período de aquisição do direito, ajustado conforme a expectativa de cumprimento das condições de serviço e desempenho. Para transações em que os bens ou serviços não são identificáveis, o valor é mensurado pela diferença entre o valor justo do instrumento patrimonial outorgado e o valor dos bens ou serviços identificáveis. No caso de liquidação em caixa, o passivo é remensurado até sua quitação.

3.10 Capital social

3.10.1 Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido, em conformidade com as orientações do CPC 39 (IAS 32) - Instrumentos Financeiros. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos. Essa prática garante que o valor líquido recebido pela emissão de ações seja apresentado de forma clara e precisa.

3.10.2 Ações preferenciais não resgatáveis

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

3.11 Distribuição de dividendos

A Companhia reconhece dividendos no passivo circulante quando a distribuição é obrigatória por estatuto ou lei, ou quando aprovada pelos acionistas, em conformidade com o CPC 25 e a ICPC 08 (R1). O estatuto social estabelece a distribuição mínima obrigatória de 25% do lucro líquido ajustado pela dedução das constituições no exercício de Reserva de Incentivos Fiscais e Reserva Legal, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre dividendos intermediários e juros sobre o capital próprio. Dividendos adicionais propostos antes da data do balanço permanecem no patrimônio líquido, enquanto propostas após essa data são divulgadas como eventos subsequentes, nos termos da legislação societária vigente..

3.12 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.

3.13 Instrumentos financeiros

3.13.1 Ativos financeiros

(a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou ao valor justo por meio do resultado (VJR), conforme o modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixa, nos termos do CPC 48 (IFRS 9). As contas a receber de clientes são mensuradas inicialmente na data de origem ao preço da transação, quando não há componente significativo de financiamento. Os demais ativos financeiros são reconhecidos na data em que a Companhia se torna parte das cláusulas contratuais e mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação, quando não designados ao VJR. Ativos mantidos para recebimento de fluxos contratuais de principal e juros são mensurados ao custo amortizado, enquanto os mantidos para recebimento e venda são classificados ao VJORA. Os demais ativos, inclusive derivativos, são classificados ao VJR, sendo permitida sua designação irrevogável nessa categoria para eliminar ou reduzir descasamentos contábeis.

(b) Ativos financeiros – avaliação do modelo de negócio

A Companhia avalia o objetivo do modelo de negócios no qual os ativos financeiros são mantidos, considerando a forma como a carteira é gerida e as informações fornecidas à Administração. Essa avaliação contempla as políticas e objetivos definidos para a carteira, o foco na geração de receitas de juros, a gestão de prazos e fluxos de caixa, a forma como o desempenho é monitorado, os riscos associados e a forma de remuneração dos gestores. Também são considerados o histórico, o volume e os motivos de vendas anteriores, além das expectativas futuras de alienação. As transferências de ativos financeiros para terceiros que não se qualificam para desreconhecimento não são tratadas como vendas, mantendo-se o reconhecimento contábil desses ativos. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

(c) Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros – mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda do desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

3.13.2 Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia classifica passivos financeiros que surgem de acordos de financiamento (risco sacado, forfait etc.) com fornecedores em Fornecedores no balanço patrimonial se eles tiverem natureza e função semelhantes às contas a pagar. Esse é o caso se o acordo de financiamento com fornecedores fizer parte do capital de giro usado no ciclo operacional normal do Grupo, o nível de segurança fornecido for semelhante às contas a pagar e os termos dos passivos que fazem parte do acordo de financiamento da cadeia de suprimentos não forem substancialmente diferentes dos termos das contas a pagar que não fazem parte do acordo. Os fluxos de caixa relacionados a passivos decorrentes de acordos de financiamento com fornecedores que são classificados em Fornecedores.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

3.13.3 Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.13.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.13.5 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. A Companhia não possui derivativos embutidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, com exceção do *hedge* de fluxo de caixa, definido a seguir.

(a) Hedge de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando um derivativo é designado como instrumento de *hedge* de valor justo, as variações no valor justo do derivativo são reconhecidas diretamente no resultado do período. Simultaneamente, o valor contábil do item objeto de *hedge* é ajustado pelas variações atribuíveis ao risco objeto da proteção, sendo tais efeitos também reconhecidos no resultado, de forma a refletir a compensação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item protegido.

Conforme CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, no início de um relacionamento de *hedge*, a Companhia formalmente designa e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*.

Para maiores informações sobre a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia avalia se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de *hedge*, incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*, veja nota explicativa nº 25.5.c – Risco de mercado.

3.13.6 Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado em cada data de reporte. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar se a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos dos CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis, em que ocorreram as mudanças.

Na determinação do valor justo, foi considerado o impacto de possíveis assuntos relacionados às mudanças climáticas, incluindo legislações, que podem afetar a mensuração do valor justo de ativos e passivos das demonstrações contábeis. Atualmente, o impacto dos assuntos associados às mudanças climáticas não é material para as demonstrações contábeis da Companhia.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 25.3 - Categoria e valor justo dos Instrumentos financeiros.

3.14 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

3.14.1 Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato, utilizando matriz de provisão baseada em taxas históricas de perda, ajustadas por informações prospectivas quando aplicável. As perdas de crédito esperadas são mensuradas, em regra, para a vida inteira dos instrumentos, exceto para títulos de dívida e saldos bancários com baixo risco de crédito ou cujo risco não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, os quais são mensurados com base em perdas esperadas para 12 meses. A avaliação considera informações razoáveis e suportáveis, quantitativas e qualitativas, incluindo experiência histórica, análises de crédito e fatores prospectivos. O prazo máximo considerado na estimativa corresponde ao período contratual máximo de exposição ao risco de crédito. Ver nota explicativa nº 25.5 – Gerenciamento dos riscos financeiros.

3.14.2 Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia a existência de evidências de perda por recuperação nos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Considera-se que um ativo financeiro apresenta problemas de recuperação quando há evidência objetiva de que um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial impactaram negativamente os fluxos de caixa futuros estimados do ativo. Tais evidências incluem, entre outros fatores, dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário, descumprimento de cláusulas contratuais, reestruturações de valores em condições não usuais, probabilidade de falência ou reorganização financeira do devedor, bem como o desaparecimento de mercado ativo em decorrência de dificuldades financeiras. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não identificou ativos financeiros sem expectativa de realização, exceto para o que a Companhia já reconhece como estimativa de perda para os ativos, como títulos do contas a receber, que possuem expectativa de perda de realização.

3.14.2.1 Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa e perdas efetivas

A Companhia adota metodologia de estimativa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) com base no risco de crédito dos valores a receber, segregados por faixa de atraso (*aging list*). A estimativa considera a experiência histórica de perdas, apurada a partir do histórico de recebimento dos últimos cinco anos e do faturamento dos 36 meses anteriores, resultando em uma matriz de provisão que reflete o comportamento de pagamento e a inadimplência dos consumidores.

Parcelamentos relevantes com garantias contratuais são avaliados individualmente quanto ao risco de crédito e submetidos à governança da alta administração. Os ativos financeiros sem expectativa razoável de recuperação são baixados do valor contábil bruto, sendo os títulos vencidos há mais de cinco anos baixados integralmente. Não é esperada recuperação relevante dos valores baixados, sem prejuízo da adoção de medidas de cobrança.

3.14.3 Ativos não financeiros

A Administração avalia anualmente a existência de indícios de perda no valor recuperável dos ativos não financeiros. Sempre que os indícios são identificados, a Companhia avalia se o valor contábil líquido excede o seu valor recuperável e, quando necessário reconhece uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) no resultado do exercício. O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa (UGC) é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o seu valor justo líquido de despesas de venda. O valor em uso corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil e é calculado utilizando-se a taxa de desconto antes dos tributos (pre-tax).

Para fins de aplicação do CPC 01/IAS 36, a Companhia é tratada como uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), por representar o menor nível no qual os fluxos de caixa podem ser identificados de forma independente.

A Companhia projeta os fluxos de caixa gerados pela UGC com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes elaborados pela Administração. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período de concessão da Companhia. A Administração avalia ainda se os riscos climáticos, incluindo riscos físicos e riscos de transição, poderiam ter um impacto significativo. Caso afirmativo, esses riscos são incluídos nas projeções de fluxo de caixa ao avaliar os montantes de valor em uso.

3.15 Provisão para riscos judiciais

As provisões para riscos judiciais são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita, conforme as orientações do CPC 25 (IAS 37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.16 Demonstração de valor adicionado (DVA)

A Companhia elabora a DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, então, pelas IFRS essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

3.17 Questões climáticas

A Companhia considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos na Companhia devido a riscos tanto físicos quanto de transição. A Companhia está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas, bem como uma possível transição para uma economia de baixo carbono. Embora, na data-base das demonstrações contábeis, os riscos relacionados ao clima não tenham gerado efeitos significativos na mensuração contábil, a Companhia reconhece que tais riscos ampliam a incerteza associada às estimativas e pressupostos utilizados e podem influenciar diversos componentes das demonstrações contábeis. Os itens mais diretamente afetados pelas questões climáticas incluem:

- Vida útil ativos: Ao revisar os valores residuais e as vidas úteis esperadas dos ativos, a Companhia considera questões climáticas, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas que podem restringir o uso de ativos ou exigir despesas de capital significativas; e
- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O valor em uso pode ser afetado de várias maneiras diferentes pelo risco de transição, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas. A Companhia monitora constantemente possíveis efeitos climáticos em suas projeções de fluxo de caixa.

3.18 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *Internacional Accounting Standard Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

3.18.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

Diversas normas novas ou alteradas tornaram-se aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia avaliou essas alterações e normativos e não identificou impactos significativos em suas demonstrações contábeis e assim não precisou alterar suas políticas contábeis nem fazer ajustes retrospectivos em decorrência da adoção dessas normas novas ou alteradas.

3.18.2 Normas emitidas com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026:

A companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor e está em fase de avaliação de possíveis impactos.

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 (R1) / IFRS 7: Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	Estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; (ii) avaliação das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG); e (iii) alterações específicas na norma para abranger os contratos de eletricidade relacionada à natureza (fontes eólicas e solares).	01/01/2026
Pronunciamento Técnico CBPS nº 01 (IFRS S1): Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade Pronunciamento Técnico CBPS nº 02 (IFRS S2): Divulgação de Informações Climáticas	Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.	01/01/2026
CPC 51/IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	O CPC 51/IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e torná-las sujeitas a auditoria. O CPC 51/IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1: Apresentação das Demonstrações Contábeis.	01/01/2027
Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11	Em julho de 2024, o IASB publicou alterações pontuais para manutenção das Normas IFRS, trazendo ajustes para maior clareza, consistência e simplificação. As mudanças afetam IFRS 1, IFRS 7 (e sua orientação), IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7, com reflexos futuros nos pronunciamentos técnicos do CPC. Não se espera impacto material nas demonstrações contábeis do Grupo.	01/01/2026

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



4 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	36.217	21.347
Equivalentes de caixa		
Aplicação direta		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	5.644	12.738
Fundo de investimento		
Operações compromissadas	-	57.378
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	25.445
Fundo de investimento aberto	-	13.287
Subtotal de equivalentes de caixa	5.644	108.848
Total	41.861	130.195

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, equivale a 100,69% do CDI (98,30% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

5 Aplicações financeiras

	2025	2024
Circulante		
Fundos de investimentos		
Cotas de fundos de investimentos	273.717	1.227.166
Cotas de fundos de investimento FIDC	20.814	19.063
Títulos públicos	-	102.736
Letra financeira	-	30.415
Recursos vinculados (a)	66.463	60.959
Fundo aberto	179.042	14.784
Total circulante	540.036	1.455.123
Não circulante		
Recursos vinculados (a)	1.489	1.234
Total não circulante	1.489	1.234
Total aplicações financeiras (b)	541.525	1.456.357

- (a) Referem-se a aplicações restritas a garantias de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos, cuja classificação entre circulante e não circulante é definida de acordo com o prazo de utilização do recurso; e
- (b) A variação é decorrente de resgates para reforço das necessidades de caixa da Companhia, conforme explicado na nota explicativa nº 4 – Caixa e equivalentes de caixa.

A rentabilidade média ponderada da carteira de aplicações financeiras da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 equivale a 101,90% do CDI (98,73% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



6 Contas a receber de clientes

6.1 Composição dos saldos

	2025				2024			
	A vencer	Vencidos		Total	A vencer	Vencidos		Total
		Até 90 dias	Mais de 90 dias			Até 90 dias	Mais de 90 dias	
Residencial	202.704	305.652	544.661	1.053.017	167.491	242.266	489.663	899.420
Industrial	20.680	2.390	5.852	28.922	18.254	2.082	6.283	26.619
Comercial	60.906	15.668	21.236	97.810	49.991	10.886	21.531	82.408
Rural	24.441	20.267	63.474	108.182	22.143	14.711	53.209	90.063
Poder público	61.006	12.753	15.454	89.213	46.833	14.868	15.034	76.735
Iluminação pública	5.695	1.965	1.290	8.950	5.573	1.063	1.925	8.561
Serviço público	32.441	12.606	13.691	58.738	25.296	13.363	8.042	46.701
Contas a receber de consumidores faturados	407.873	371.301	665.658	1.444.832	335.581	299.239	595.687	1.230.507
Residencial	109.294	13.901	146.466	269.661	99.464	11.706	158.540	269.710
Industrial	942	159	1.486	2.587	823	82	1.817	2.722
Comercial	4.629	520	8.811	13.960	4.306	431	10.732	15.469
Rural	7.534	1.053	6.652	15.239	7.014	780	6.191	13.985
Poder público	25.826	504	1.408	27.738	23.152	1.252	1.755	26.159
Iluminação pública	9.414	220	393	10.027	12.166	187	515	12.868
Serviço Público	19.265	1.382	1.918	22.565	23.664	1.254	1.387	26.305
Parcelamentos (a)	176.904	17.739	167.134	361.777	170.589	15.692	180.937	367.218
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	205.795	-	-	205.795	171.236	-	-	171.236
Baixa renda (c)	105.925	-	-	105.925	65.472	-	-	65.472
Outras (d)	67.096	-	-	67.096	61.990	-	-	61.990
Subtotal	963.593	389.040	832.792	2.185.425	804.868	314.931	776.624	1.896.423
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(87.410)	(45.427)	(548.445)	(681.282)	(72.877)	(38.449)	(514.063)	(625.389)
Total contas a receber de clientes	876.183	343.613	284.347	1.504.143	731.991	276.482	262.561	1.271.034
Circulante				1.435.898				1.204.264
Não circulante				68.245				66.770

- (a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m. Os valores apresentados no contas a receber referente aos parcelamentos estão líquidos do ajuste a valor presente no montante de R\$ 12.595 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 12.669 em 31 de dezembro de 2024), em contrapartida ao resultado financeiro, no montante líquido de R\$ 74, conforme nota explicativa nº 23 – Resultado Financeiro;
- (b) As contas a receber de consumidores não faturados corresponde ao consumo estimado baseado no ciclo de leitura, o qual é encerrado após o período de fechamento contábil. Os principais fatores que influenciaram a variação observada no exercício foram o aumento de 17,9% referente a Revisão Tarifária Periódica (RTP);
- (c) O Governo Federal, por meio das Leis nº 12.212/2010 e nº 10.438/2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda; e
- (d) Corresponde aos saldos de juros moratórios, multas por auto religação, por inadimplência e atrasos.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



6.2 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

	2024	Provisões/ Reversões (b)	Baixas	2025
Contas a receber de consumidores faturados	(387.363)	(101.189)	37.967	(450.585)
Parcelamentos	(210.152)	(18.295)	27.728	(200.719)
Contas a receber de consumidores não faturados	(5.909)	(575)	-	(6.484)
Outras (a)	(21.965)	(3.999)	2.470	(23.494)
Total	(625.389)	(124.058)	68.165	(681.282)

	2023	Provisões/ Reversões	Baixas	2024
Contas a receber de consumidores faturados	(489.122)	(89.232)	190.991	(387.363)
Parcelamentos	(281.248)	(20.489)	91.585	(210.152)
Contas a receber de consumidores não faturados	(5.676)	(233)	-	(5.909)
Outras (a)	(42.787)	4.022	16.800	(21.965)
Total	(818.833)	(105.932)	299.376	(625.389)

- (a) A rubrica de outras perdas estimadas é composta, principalmente, por: multas sobre o consumo irregular, auto religação e inadimplência, conforme previsto na Resolução ANEEL nº 1000 de 7 de dezembro de 2021; e
- (b) A movimentação líquida do exercício, gerou um complemento de provisão, no montante de R\$ 124.058, com impacto no resultado operacional e financeiro de R\$ 122.788 e R\$ 1.270, respectivamente, conforme notas explicativas nº 20 – Custos do serviço e despesas operacionais e nº 23 – Resultado Financeiro.

7 Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros

	2024	Constituição	Amortização	Atualização	Constituições com efeito caixa	2025
Parcela A						
CDE - Conta de desenvolvimento energético (a)	(5.798)	56.048	(22.853)	583	-	27.980
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	(1.044)	(668)	8.459	1.267	-	8.014
Rede básica	33.841	(3.987)	(1.705)	4.601	-	32.750
Compra de energia CVA (b)	(112.713)	88.184	130.731	(4.066)	-	102.136
ESS - Encargos do serviço do sistema (c)	54.490	(32.638)	(18.948)	4.176	-	7.080
Subtotal	(31.224)	106.939	95.684	6.561	-	177.960
Itens financeiros						
Sobrecontratação de energia (d)	(16.473)	6.881	8.233	29	-	(1.330)
Neutralidade (e)	(50.071)	(11.091)	23.734	(1.686)	-	(39.114)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(86.718)	729	(4.069)	(11.046)	-	(101.104)
Risco hidrológico (f)	(127.158)	-	22.355	(1.662)	-	(106.465)
Compensação créditos PIS/COFINS (g)	1.343	-	(1.266)	26	-	103
CDE Modicidade Tarifária (h)	(17.822)	4.329	14.698	(1.231)	(4.329)	(4.355)
Outros	(19.415)	30.856	(17.767)	(33)	(1.131)	(7.490)
Subtotal	(316.314)	31.704	45.918	(15.603)	(5.460)	(259.755)
Total	(347.538)	138.643	141.602	(9.042)	(5.460)	(81.795)
Circulante						
Valores a receber	168.055					206.094
Valores a devolver	(390.361)					(269.746)
Efeito líquido circulante passivo	(222.306)					(63.652)
Não circulante						
Valores a receber	33.445					146.803
Valores a devolver	(158.677)					(164.946)
Efeito líquido não circulante passivo	(125.232)					(18.143)
Efeito líquido total	(347.538)					(81.795)

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



	2023	Constituição	Amortização	Atualização	Constituições com efeito caixa	Reclas- sificação (g)	2024
Parcela A							
CDE - Conta de desenvolvimento energético	12.906	(32.057)	10.806	2.547	-	-	(5.798)
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	(5.192)	71	4.414	(337)	-	-	(1.044)
Rede básica	43.498	(4.876)	(9.152)	4.371	-	-	33.841
Compra de energia CVA	(194.756)	121.310	(18.930)	(20.337)	-	-	(112.713)
ESS - Encargos do serviço do sistema	35.885	(8.485)	22.342	4.748	-	-	54.490
Subtotal	(107.659)	75.963	9.480	(9.008)	-	-	(31.224)
Itens financeiros							
Sobrecontratação de energia	(4.272)	11.540	(23.119)	(622)	-	-	(16.473)
Neutralidade	(44.392)	15.726	(18.822)	(2.583)	-	-	(50.071)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(72.944)	(18.234)	12.062	(7.602)	-	-	(86.718)
Risco hidrológico	(121.254)	34.118	(30.925)	(9.097)	-	-	(127.158)
Compensação créditos PIS/COFINS	15.416	-	(17.189)	-	-	3.116	1.343
Empréstimo escassez hídrica	(35.537)	-	35.537	-	-	-	-
CDE Modicidade Tarifária	(7.913)	25.855	(7.815)	(2.094)	(25.855)	-	(17.822)
Outros	(12.364)	4.484	(8.542)	(475)	(2.518)	-	(19.415)
Subtotal	(283.260)	73.489	(58.813)	(22.473)	(28.373)	3.116	(316.314)
Total	(390.919)	149.452	(49.333)	(31.481)	(28.373)	3.116	(347.538)
Circulante							
Valores a receber	172.966						168.055
Valores a devolver	(366.907)						(390.361)
Efeito líquido passivo	(193.941)						(222.306)
Não circulante							
Valores a receber	34.845						33.445
Valores a devolver	(231.823)						(158.677)
Efeito líquido passivo	(196.978)						(125.232)
Efeito líquido total	(390.919)						(347.538)

- (a) A conta de CDE foi impactada no exercício principalmente pelos custos com a quota CDE USO, de acordo com a REH nº 3.484 de 15 de julho de 2025 ser maior que a cobertura tarifária concedida no processo tarifário de 2025, no valor de constituição de R\$ 27.504 e pelo efeito positivo do processo tarifário de R\$ 28.544;
- (b) O saldo da CVA de energia teve como principais impactos no exercício: (i) o efeito de disponibilidade, risco hidrológico e exposição financeira repassados às distribuidoras, para atendimento do mercado, o que explica o movimento principal de constituição de R\$ 149.884; (ii) o efeito negativo do processo tarifário em R\$ 20.591; e (iii) o efeito negativo de R\$ 40.749 referente a provisão de neutralidade de receita bandeira tarifária faturada de novembro e dezembro não homologada ANEEL, totalizando um movimento de constituição de R\$ 88.184;
- (c) O ESS (Encargo de Serviço do Sistema) está relacionado ao pagamento de usinas térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças). O ONS (Operador Nacional do Sistema) aciona despachos das térmicas de forma a garantir a segurança energética do sistema. No processo tarifário da Companhia, o valor de previsão desse encargo concedido pela ANEEL foi superior aos custos efetivamente pagos, sendo o principal efeito a constituição negativa de R\$ 32.638;
- (d) A constituição de R\$ 6.881 deve-se à venda no mercado de curto prazo a um PLD médio inferior ao preço médio de compra de energia das distribuidoras;
- (e) A neutralidade dos encargos é calculada a partir das diferenças mensais entre os valores faturados de cada item dos encargos setoriais durante o exercício de referência e os valores previstos no processo tarifário anterior, ajustados pela taxa SELIC, conforme regulamentação vigente. No exercício atual, foi registrada uma constituição negativa de R\$ 24.486, e efeito positivo do processo tarifário de R\$ 13.395, totalizando o movimento de constituição em R\$(11.091);
- (f) Reconhecimento antecipado dos custos de compra de energia elétrica associados aos riscos hidrológicos, conforme previsto no PRORET submódulo 4.4 - demais componentes financeiros, item 5.11. A previsão de risco hidrológico definida no processo tarifário será revertida no processo tarifário subsequente, devidamente atualizada;
- (g) Em 2025, deve-se à amortização dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS, já em 2024 refere-se à reclassificação do saldo de PIS e COFINS a ser restituído ao consumidor no processo de reajuste tarifário, ocorrido em 28 de agosto de 2024; e
- (h) A política de Modicidade Tarifária da CDE é uma ferramenta essencial para a sustentabilidade econômico-financeira do setor elétrico e para a proteção do consumidor, garantindo a equidade na distribuição dos encargos setoriais e a moderação das tarifas de energia.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



Anualmente, a ANEEL apura os novos índices do Reajuste Tarifário Anual (RTA) da Companhia, adequando suas despesas da Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão) e, a cada quatro anos ocorre a Revisão Tarifária Periódica (RTP) sendo a próxima revisão em 2029, quando também é realizado o reposicionamento da Parcela B (custos gerenciáveis).

No mês de agosto de 2025, a ANEEL apurou o novo índice da revisão tarifária da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). As tarifas de aplicação da Companhia, constantes da Resolução Homologatória nº 3.512, de 26 de agosto de 2025, foram reajustadas, em média, 17,90%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridos da distribuidora, vigente de 28 de agosto de 2025 a 27 de agosto de 2026.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 204.161 (R\$ 116.078 em 31 de dezembro de 2024) de bandeira tarifária, sendo que R\$ 157.084 (R\$ 91.929 em 31 de dezembro de 2024) obtidos por meio de bandeira tarifária via faturamento junto aos clientes e R\$ 47.082 (R\$ 24.149 em 31 de dezembro de 2024) recebendo via Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT). A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



8 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente dos contratos de compartilhamentos, dividendos, empréstimos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

Companhias	Notas	2025	2024		
		Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Contas a receber de clientes					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	-	-	-	373
Associação para Assinatura de Energia	(b)	226	2.835	195	-
Total		226	2.835	195	373
Outros créditos a receber - (bens materiais)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	281	-	-	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	1.131	-	482	-
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA	(a)	546	-	546	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(a)	-	-	283	-
E-nova Geração Distribuída S.A.	(f)	-	91	20	61
Total		1.958	91	1.331	61
Outros créditos a receber					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(m)	13.044	60.480	13.279	41.297
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(m)	4.501	15.488	4.024	10.968
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(m)	6.128	23.767	5.534	17.303
Equatorial Serviços S.A.	(m)	2.072	-	2.072	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(m)	4.323	24.501	4.314	17.721
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA	(m)	1.237	5.308	891	3.344
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(m)	11.422	60.185	10.369	22.249
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(c)	-	172	50	210
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(c)	-	165	47	206
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(c)	-	245	64	293
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(c)	-	436	181	594
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(c)	-	118	53	228
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(c)	-	205	56	251
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(c)	-	328	99	401
Total		42.727	191.398	41.033	115.065
Fornecedores					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	-	-	(169)	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	-	(19.799)	(287)	(23.420)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	(386)	-	(76)	-
Equatorial Serviços S.A.	(d)	(9.471)	(34.563)	(7.481)	(30.811)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(a)	(2.116)	-	(37)	-
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA	(a)	(376)	-	-	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a)	(1.951)	-	(36)	-
Instituto de Ciência e Tecnologia Grupo Equatorial (ICT)	(e)	(1.043)	-	(1.093)	-
E-nova Geração Distribuída S.A.	(a)	-	(388)	(421)	(781)
Equatorial Telecomunicações S.A.	(k)	(4.884)	(10.269)	(1.074)	(5.860)
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(g)	-	(799)	(104)	(879)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(g)	-	(714)	(93)	(862)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(g)	-	(1.042)	(136)	(1.266)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(g)	-	(1.878)	(244)	(2.261)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(g)	-	(834)	(70)	(934)
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(g)	-	(1.075)	(140)	(1.298)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(g)	-	(1.043)	(126)	(1.454)
Total		(20.227)	(72.404)	(11.587)	(69.826)
Outras contas a pagar					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(m)	(6.378)	(17.171)	(3.794)	(13.490)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(m)	(1.999)	(6.583)	(1.938)	(5.448)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(m)	(2.619)	(6.721)	(1.403)	(4.365)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(m)	(2.334)	(6.783)	(2.160)	(4.796)
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA	(m)	(614)	(1.758)	(482)	(1.246)
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(m)	(6.264)	(18.546)	(5.238)	(8.315)
Instituto Equatorial	(n)	-	(2.858)	-	(3.310)
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(c)	-	(10)	(18)	(34)

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



Notas	2025		2024	
	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Outras contas a pagar				
Entidade é membro do mesmo grupo econômico				
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(c)	-	(25)	(59)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(c)	(15)	(16)	(28)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(c)	(644)	(221)	(774)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(c)	(12)	(17)	(34)
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(c)	(13)	(12)	(23)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(c)	(19)	(41)	(76)
Controladora indireta				
Equatorial S.A.	(h)	(7.175)	(7.427)	(17.952)
Total		(27.383)	(22.792)	(59.950)
Dividendos a pagar				
Controladora direta				
Equatorial Energia Distribuição S.A.		(91.130)	(85.277)	-
Outros tipos de partes relacionadas				
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Axia Energia)		(46.960)	(43.759)	-
Outros		(3.615)	(3.572)	-
Total		(141.705)	(132.608)	-

Notas	2025		2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Investimentos em serviço (bens em comodato)				
Entidade é membro do mesmo grupo econômico				
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA	(i)	17	18	(18)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(j)	45	-	-
Total		62	18	(18)

- (a) Os valores são provenientes da compra e venda de materiais diversos;
- (b) Os valores são provenientes do contrato de uso da rede de energia;
- (c) Em 31 de outubro de 2025, foi concluído o processo de alienação da Equatorial Transmissão S.A. O efeito no resultado apresentado refere-se as despesas de janeiro a outubro do contrato de compartilhamento, e foi mantido na apresentação, exclusivamente, para fins de análise comparativa;
- (d) Os valores são provenientes do contrato de serviços *call center*, administrativos e despesas incorridas, com prazo de duração de 60 meses;
- (e) Os valores referem-se a projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa;
- (f) Saldos referentes ao contrato de arrendamento de terrenos, no qual a Companhia atua como arrendadora;
- (g) Em 31 de outubro de 2025, foi concluído o processo de alienação da Equatorial Transmissão S.A. O efeito no resultado apresentado refere-se as despesas de janeiro a outubro referente a serviços prestados por meio da tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST), e foi mantido na apresentação, exclusivamente, para fins de análise comparativa;
- (h) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado o Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (aval), estabelecendo as condições para eventual remuneração das garantias prestadas sob a forma de aval em contratos. Conforme previsto nas condições contratuais, a prestação da garantia poderá estar sujeita a remuneração equivalente a 1% a.a. (um por cento ao ano), pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido;
- (i) Relação de ativos cedidos em comodato no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 de forma não onerosa pelo prazo de 06 (seis), 11 (onze) e 24 (vinte e quatro) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes;
- (j) Relação de ativos cedidos em comodato no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 de forma não onerosa pelo prazo de 32 (trinta e dois) e 13 (treze) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes;
- (k) A contratação de serviço é proveniente de serviços de telefonia, integração de telecomunicações de internet que usa os serviços de fibra óptica, com duração de 60 meses;
- (l) Refere-se a dividendos para distribuição em 31 de dezembro de 2025, conforme nota explicativa nº 17.4 – Dividendos a pagar;
- (m) Refere-se ao contrato de compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura administrativa cujo reembolso resulta do compartilhamento das despesas condominial, de informática e telecomunicações e, de despesas de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo nº 12 do módulo V da Resolução Normativa da ANEEL nº 948/2021. As despesas líquidas para a Companhia estão limitadas ao montante de R\$ 82.962 ao ano, por um período de 60 meses; e
- (n) Refere-se ao reconhecimento de despesas de doações.

8.1 Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui o Comitê de Auditoria Estatutário, Conselho de Administração e Fiscal, o Presidente e Diretores. A remuneração total foi fixada em até R\$ 26.800 (R\$ 20.550 em 29 de abril de 2024), conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizadas em 29 de abril de 2025. Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração na categoria de benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Os benefícios pós-empregos estão descritos na nota explicativa nº 24 – Benefício pós-emprego, e referem-se aos planos de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar o sistema oficial da previdência social.

Os diretores executivos possuem o benefício de planos de opção de compra de ações. As datas de vencimento e os preços de exercício das opções de compra de ações pelos diretores executivos e detalhes adicionais do plano estão apresentados na nota explicativa nº 18 – Planos de incentivos de longo prazo.

A proporção de cada elemento na remuneração total paga, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	2025	2024
Remuneração fixa anual	6.008	5.649
Salário ou Pró-labore	5.555	5.239
Benefícios diretos e indiretos	453	410
Remuneração variável	10.917	4.995
Benefícios pós emprego	166	97
Remuneração baseada em ações	10.618	1.412
Valor total da remuneração	27.709	12.153

8.2 Garantias

Os empréstimos e financiamentos da Companhia podem contar com aval e/ou fiança do controlador, bem como com conta reserva e recebíveis, conforme previsto nos respectivos instrumentos contratuais.

9 Ativo financeiro da concessão

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	2024	Atualização do ativo financeiro	Transferência - ativo de contrato	Baixas	Outros	2025
Ativo financeiro	6.022.706	65.363	966.707	(8.407)	(29)	7.046.340
Obrigações especiais	(1.135.697)	113.873	(86.305)	-	4.936	(1.103.193)
Total ativo financeiro da concessão	4.887.009	179.236	880.402	(8.407)	4.907	5.943.147

	2023	Atualização do ativo financeiro	Transferência - ativo de contrato	Baixas		2024
Ativo financeiro	4.996.972	256.332	772.584	(3.182)		6.022.706
Obrigações especiais	(976.094)	(92.282)	(67.321)	-		(1.135.697)
Total ativo financeiro	4.020.878	164.050	705.263	(3.182)		4.887.009

10 Intangível

O ativo intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

	2025			
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão
Em serviço	4,18%	5.959.304	(3.916.379)	(353.085)
Total		5.959.304	(3.916.379)	(353.085)

	2024			
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão
Em serviço	4,16%	5.512.967	(3.451.593)	(438.691)
Total		5.512.967	(3.451.593)	(438.691)

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



10.1 Movimentação do ativo intangível

	2024	Adições	Baixas	Transferências Ativo de contrato	Outros (a)	2025
Em serviço	5.512.967	-	(60.883)	419.444	87.776	5.959.304
(-) Amortização	(3.451.593)	(459.048)	50.022	-	(55.760)	(3.916.379)
Total em serviço	2.061.374	(459.048)	(10.861)	419.444	32.016	2.042.925
Obrigações especiais	(1.288.684)	-	-	17.159	-	(1.271.525)
(-) Amortização	849.993	68.447	-	-	-	918.440
Total em obrigações especiais	(438.691)	68.447	-	17.159	-	(353.085)
Total	1.622.683	(390.601)	(10.861)	436.603	32.016	1.689.840

	2023	Adições	Baixas	Transferências Ativo de Contrato	Outros	2024
Em serviço	5.181.091	-	(52.239)	379.247	4.868	5.512.967
(-) Amortização	(3.122.138)	(373.394)	44.569	-	(630)	(3.451.593)
Total em serviço	2.058.953	(373.394)	(7.670)	379.247	4.238	2.061.374
Obrigações especiais	(1.273.291)	-	-	(13.885)	(1.508)	(1.288.684)
(-) Amortização	783.209	66.784	-	-	-	849.993
Total em obrigações especiais	(490.082)	66.784	-	(13.885)	(1.508)	(438.691)
Total	1.568.871	(306.610)	(7.670)	365.362	2.730	1.622.683

- (a) Do montante líquido de R\$ 32.016, R\$ 19 referem-se à reclassificação para investimentos de um transformador de força cedido em comodato à Equatorial Piauí e R\$ 32.035 referem-se as adequações do ativo imobilizado em serviço decorrentes da Revisão Tarifária Periódica da Equatorial Maranhão.

A Companhia avaliou, e não há nenhum indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

11 Ativos de contrato

A movimentação de ativos de contrato está conforme a seguir demonstrada:

	2024	Adições (a)	Transferências		2025
			Ativo intangível	Ativo financeiro (b)	
Ativos de contrato	866.169	1.239.877	(419.444)	(966.707)	719.895
Obrigações especiais	(56.421)	(250.829)	(17.159)	86.305	(238.104)
Total ativos de contrato	809.748	989.048	(436.603)	(880.402)	481.791

	2023	Adições (a)	Transferências		2024
			Ativo intangível	Ativo financeiro (b)	
Ativos de contrato	872.130	1.145.870	(379.247)	(772.584)	866.169
Obrigações especiais	(132.123)	(5.504)	13.885	67.321	(56.421)
Total ativos de contrato	740.007	1.140.366	(365.362)	(705.263)	809.748

- (a) O montante de R\$ 989.048 refere-se às adições líquidas dos ativos de contratos reconhecidas no exercício. Deste total, R\$ 853.228 impactaram o caixa da Companhia, R\$ 16.939 refere-se a provisão para perda de estoques e obras líquidas, conforme nota explicativa nº 22 – Outras receitas (despesas) operacionais e, conforme nota explicativa nº 26.1 – Transações que não afetam caixa R\$ 41.378 refere-se às adições em contrapartida de fornecedores, R\$ 87.349 refere-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas e R\$ 7.093 refere-se à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos, ver informações na nota explicativa nº 13 – Empréstimos e financiamentos; e

- (b) Correspondem às transferências dos ativos de contrato para o ativo financeiro da concessão. O aumento observado deve-se, principalmente, ao período de corte da RTP em 28 de fevereiro de 2025.

A Companhia avaliou e concluiu como baixo o risco de não recebimento e perda associada aos ativos de contrato, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Dessa forma, não foi identificado indicativo de perda ao valor recuperável do ativo, e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi constituída no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Os valores dos bens em construção estão sujeitos a fiscalização da ANEEL.

12 Fornecedores

	2025	2024
Circulante		
Suprimento de energia elétrica (a)	344.708	276.002
Encargos de uso da rede elétrica	71.804	73.800
Materiais e serviços	206.603	202.730
Partes relacionadas - nota explicativa nº 8	20.227	11.587
Total circulante	643.342	564.119
Não Circulante		
Materiais e serviços	23.003	15.485
Total não circulante	23.003	15.485
Total fornecedores	666.345	579.604

(a) O saldo em 31 de dezembro de 2025 apresentou um aumento de R\$ 68.706 em relação a 31 de dezembro de 2024, em função das seguintes variações: (i) aumento de R\$ 37.483 nas despesas em aberto referentes aos contratos de energia; e (ii) aumento de 31.223 nas despesas do Mercado de Curto Prazo.

O saldo de fornecedores não incide juros e é geralmente liquidado pela Companhia em prazo médio de até 44 dias (49 dias em 31 de dezembro de 2024).

12.1 Fornecedores – Risco sacado

Com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, a Companhia autorizou a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, a Companhia realizará o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais ('passivo original'), não havendo postergação de prazo pela Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. A Companhia não possui influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira.

Atualmente, a transação é operacionalizada por um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), através de uma plataforma 100% digital, gerenciada pelo próprio FIDC (não sendo parte relacionada da Companhia). A Companhia disponibiliza ao FIDC as faturas performadas e este, por sua vez, adiciona estas faturas na plataforma. O fornecedor acessa a plataforma, selecionando as faturas que deseja antecipar e a liquidação é feita pelo FIDC no mesmo dia. A Companhia não possui operações de risco sacado com saldo vencido e o fechamento da operação entre o FIDC e o fornecedor fica a livre, a critério deste último, sem participação da Companhia, sendo a participação no acordo de financiamento opcional para os fornecedores. Se os fornecedores optarem por receber o pagamento antecipado, pagarão uma taxa ao FIDC, da qual a Companhia é cotista. A Companhia quita a fatura original, pagando ao FIDC de acordo com a data de vencimento original mencionada.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de fornecedores – risco sacado é de R\$ 56.149 (R\$ 43.580 em 31 de dezembro de 2024), sendo estes montantes integralmente liquidados pelo FIDC nas referidas datas, ou seja, quando um fornecedor adere a esta modalidade, o mesmo recebe de imediato o valor de sua fatura e, portanto, não há faturas a pagar de posse do operador do FIDC.

Os pagamentos dessas transações que impactaram o fluxo de caixa da Companhia em 31 de dezembro de 2025 foram de R\$ 351.087 (378.713 em 31 de dezembro de 2024). O prazo médio de pagamento destes títulos é de 72 dias (82 dias em 31 de dezembro de 2024).

13 Empréstimos e financiamentos

13.1 Composição do saldo

	Custo da dívida (% a.a.)	2025		
		Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (US\$)				
CDI	1,05% a.a. até 1,15% a.a.	9.022	684.317	693.339
Total moeda estrangeira		9.022	684.317	693.339
Moeda nacional				
CDI	0,12% a.a.	24.829	391.723	416.552
IPCA	4,11% a.a. até 5,96% a.a.	189.560	1.438.629	1.628.189
Subtotal		214.389	1.830.352	2.044.741
(-) Custo de transação		(992)	(13.609)	(14.601)
Total moeda nacional		213.397	1.816.743	2.030.140
Total empréstimos e financiamentos		222.419	2.501.060	2.723.479

	Custo da dívida (% a.a.)	2024		
		Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (US\$)				
CDI	1,15% a.a. até 1,65% a.a.	706.014	456.275	1.162.289
Total moeda estrangeira		706.014	456.275	1.162.289
Moeda nacional				
PRÉ-FIXADO	6,00% a.a.	2.282	-	2.282
CDI	-0,17% a.a.	17.143	-	17.143
IPCA	4,11% a.a. até 5,96% a.a.	181.300	1.547.545	1.728.845
Subtotal		200.725	1.547.545	1.748.270
(-) Custo de transação		(700)	(10.332)	(11.032)
Total moeda nacional		200.025	1.537.213	1.737.238
Total empréstimos e financiamentos		906.039	1.993.488	2.899.527

13.2 Movimentação de empréstimos e financiamentos

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme demonstrada:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (US\$)		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	194.544	1.649.336	163.355	545.531	2.552.766
Ingressos	-	-	-	420.000	420.000
Encargos	83.927	(9)	38.987	-	122.905
Variação monetária e cambial	32.828	50.211	110.820	81.520	275.379
Transferências	162.325	(162.325)	590.776	(590.776)	-
Amortizações de principal	(189.647)	-	(162.058)	-	(351.705)
Pagamentos de juros	(84.817)	-	(35.865)	-	(120.682)
Custo de transação	864	-	-	-	864
Saldo em 31 de dezembro de 2024	200.024	1.537.213	706.015	456.275	2.899.527
Ingressos	-	420.000	-	293.143	713.143
Encargos (a)	102.880	-	46.358	-	149.238
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo (c)	8.422	77.967	(56.662)	(65.101)	(35.374)
Transferências	213.985	(213.985)	-	-	-
Amortizações de principal	(211.347)	-	(641.103)	-	(852.450)
Pagamentos de juros	(101.450)	-	(45.586)	-	(147.036)
Custo de transação (b)	883	(4.452)	-	-	(3.569)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	213.397	1.816.743	9.022	684.317	2.723.479

(a) O montante de R\$ 149.238 refere-se a encargos reconhecidos no exercício, onde R\$ 142.145 impactou o resultado financeiro da Companhia e R\$ 7.093 referente à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos. Ver informações na nota explicativa nº 11 - Ativos de contrato;

(b) Refere-se à movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição; e

(c) Além das variações monetárias e cambiais, o saldo é composto da marcação a valor justo das dívidas que são objeto de swaps contabilizados pelo método do hedge a valor justo.

13.3 Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de dezembro de 2025, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Vencimento	2025	
	Valor	%
Circulante	222.419	8%
2027	608.672	22%
2028	482.109	18%
2029	203.232	7%
2030	144.939	5%
De 2031 Até 2043	1.075.717	40%
Subtotal	2.514.669	92%
Custo de transação (não circulante)	(13.609)	0%
Não circulante	2.501.060	92%
Total empréstimos e financiamentos	2.723.479	100%

13.4 Covenants dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias fidejussórias, recebíveis e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o exercício de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia:

Covenants Empréstimos

Scotiabank

1º Dívida Líquida/EBITDA: <=4,5

2,1

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

Adicionalmente aos indicadores mencionados acima, a Companhia possui *covenants* financeiros junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cuja apuração é anual, assegurada por auditoria independente e entregue até 31 de maio do ano subsequente. Os contratos preveem como *covenants* as relações Dívida Líquida/EBITDA e Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido). No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados contratualmente.

14 Debêntures

14.1 Composição do saldo

	Custo da dívida (% a.a.)	2025			2024		
		Principal e encargos			Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional							
CDI	0,29% a.a. até 0,95% a.a.	20.155	1.059.380	1.079.535	19.635	1.357.133	1.376.768
IPCA	6,30% a.a.	877	328.483	329.360	764	314.769	315.533
Subtotal		21.032	1.387.863	1.408.895	20.399	1.671.902	1.692.301
(-) Custo de transação		(3.146)	(23.764)	(26.910)	(1.579)	(29.293)	(30.872)
Total moeda nacional		17.886	1.364.099	1.381.985	18.820	1.642.609	1.661.429
Total empréstimos e financiamentos		17.886	1.364.099	1.381.985	18.820	1.642.609	1.661.429

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



14.2 Movimentação das debêntures

	Moeda nacional		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.628	590.896	595.524
Ingressos	-	1.050.000	1.050.000
Encargos	98.601	-	98.601
Transferências (a)	(2.792)	2.792	-
Pagamentos de juros	(83.066)	-	(83.066)
Variação monetária	-	21.725	21.725
Custo de transação (a)	1.449	(22.804)	(21.355)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	18.820	1.642.609	1.661.429
Encargos	137.538	-	137.538
Transferências (a)	291.122	(291.122)	-
Amortizações de principal (b)	(300.000)	-	(300.000)
Pagamentos de juros (b)	(136.906)	-	(136.906)
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo (c)	3.151	12.811	15.962
Custo de transação (a)	4.161	(199)	3.962
Saldo em 31 de dezembro de 2025	17.886	1.364.099	1.381.985

(a) Refere-se à movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição;

(b) Em 17 de fevereiro de 2025, ocorreu o resgate antecipado da 9ª Emissão de Debêntures, no montante de R\$ 309.585; e

(c) Além das variações monetárias e cambiais, o saldo é composto da marcação a valor justo das dívidas que são objeto de *swaps* contabilizados pelo método do *hedge* a valor justo.

14.3 Cronograma de amortização da dívida

As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

Vencimento	2025	
	Valor	%
Circulante	17.886	1%
2028	166.667	12%
2029	295.150	21%
2030	266.667	19%
De 2031 até 2036	659.379	49%
Subtotal	1.387.863	101%
Custos de transação (Não circulante)	(23.764)	-2%
Não circulante	1.364.099	99%
Total debêntures	1.381.985	100%

14.4 Covenants das debêntures

As debêntures contratadas pela Companhia possuem *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o exercício de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de debêntures da Companhia:

Covenants debêntures	10ª emissão debêntures	11ª emissão debêntures	12ª emissão debêntures
1ª Dívida líquida/EBITDA: <=4,5	2,1	2,1	2,1

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos contratos. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia manteve-se em cumprimentos de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

15 Impostos de renda e contribuição social corrente e diferidos

15.1 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	2025	2024
Diferenças temporárias (ativo):		
Provisão para riscos judiciais	60.332	54.006
PECLD	233.390	-
Receitas/custos de construção - CPC 47/IFRS 15	1.112	1.772
Arrendamentos - CPC 06 (R2)/IFRS 16	9	8
Provisão para participação nos lucros	15.090	13.807
Provisão para perda de estoque	13.289	7.529
Ajuste a valor presente	4.282	4.307
Provisões atuariais	3.660	3.546
Variação <i>swap</i>	32.547	-
Provisão para pagamento baseado em ações	29.826	28.411
Outras despesas não dedutíveis	13.291	560
Subtotal	406.828	113.946
Diferenças temporárias (passivo):		
PECLD	-	(22.433)
Depreciação acelerada	(254.951)	(278.173)
Atualização do ativo financeiro VNR	(487.157)	(426.217)
Instrumentos financeiros - CPC 48/ IFRS 09	(247.178)	-
Variação <i>swap</i>	-	(32.602)
Variação cambial	(22.134)	-
Marcação a valor justo da dívida	(6.867)	-
Subtotal	(1.018.287)	(759.425)
Total tributo diferido ativo (passivo)	(611.459)	(645.479)

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



15.2 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	2024	Reconhecimento no resultado	Resultados abrangentes	2025		
				Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para riscos judiciais	54.006	6.326	-	60.332	60.332	-
PECLD	213.665	19.725	-	233.390	233.390	-
Instrumentos financeiros - CPC 48/ IFRS 09	(236.098)	(11.080)	-	(247.178)	-	(247.178)
Atualização do ativo financeiro VNR	(426.217)	(60.940)	-	(487.157)	-	(487.157)
Depreciação acelerada	(278.173)	23.222	-	(254.951)	-	(254.951)
Provisões atuariais	3.546	(790)	904	3.660	3.660	-
Provisão/Reversão para participação nos lucros	13.807	1.283	-	15.090	15.090	-
Provisão para pagamento baseado em ações	28.411	1.415	-	29.826	29.826	-
Provisão para perda de estoque	7.529	5.760	-	13.289	13.289	-
Variação <i>swap</i>	(32.602)	86.041	(20.892)	32.547	32.547	-
Variação cambial	-	(22.134)	-	(22.134)	-	(22.134)
Marcação a mercado - valor justo	-	(6.867)	-	(6.867)	-	(6.867)
Receitas/custos de construção - CPC 47/IFRS 15	1.772	(660)	-	1.112	1.112	-
Arrendamentos - CPC 06 (R2)/IFRS 16	8	1	-	9	9	-
Ajuste a valor presente - AVP	4.307	(25)	-	4.282	4.282	-
Outras despesas não dedutíveis	560	12.731	-	13.291	13.291	-
Total	(645.479)	54.008	(19.988)	(611.459)	406.828	(1.018.287)

15.3 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está demonstrada a seguir:

	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e da CSLL	878.357	878.357	815.744	815.744
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	(219.589)	(79.052)	(203.936)	(73.417)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro				
Outras adições (reversões) permanentes	(3.244)	165	733	(1)
Pesquisa e Desenvolvimento e eficiência energética (P&D)	605	218	1.827	658
Incentivo PAT	4.585	-	2.836	-
Atualização de Indébito tributário	3.970	1.429	6.882	2.478
Incentivo prorrogação licença maternidade	259	-	266	-
IRPJ Subvenção Governamental	162.348	-	189.856	-
IRPJ/CSLL (anos anteriores)	558	1.071	(4.314)	1.725
IRPJ e CSLL correntes/diferidos no resultado	(50.508)	(76.169)	(5.850)	(68.557)
Alíquota efetiva	6%	9%	1%	8%
Imposto corrente	(95.824)	(84.861)	60.491	(35.496)
Imposto diferido	45.316	8.692	(66.341)	(33.061)

16 Provisão para riscos judiciais e depósitos vinculados

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	2025		2024	
	Provisão	Depósitos vinculados	Provisão	Depósitos vinculados
Cíveis	52.657	27.936	55.232	61.968
Fiscais	84.355	111.655	84.355	108.838
Trabalhistas	5.986	8.318	6.913	21.526
Regulatórias	10.575	-	9.247	-
Total	153.573	147.909	155.747	192.332
Circulante	20.738	844	29.282	4.345
Não circulante	132.835	147.065	126.465	187.987

16.1 Movimentação dos processos no exercício

	2024			2025		
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	55.232	54.343	(75.826)	(10.610)	29.518	52.657
Fiscais	84.355	9	5	(20)	6	84.355
Trabalhistas	6.913	6.514	(16.160)	(487)	9.206	5.986
Regulatórios	9.247	-	-	-	1.328	10.575
Total contingências	155.747	60.866	(91.981)	(11.117)	40.058	153.573

	2023			2024		
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	57.188	22.407	(23.666)	(8.427)	7.730	55.232
Tributárias	70.257	14.098	-	-	-	84.355
Trabalhistas	9.016	1.389	(3.061)	(1.074)	643	6.913
Regulatórios	8.347	-	-	-	900	9.247
Total contingências	144.808	37.894	(26.727)	(9.501)	9.273	155.747

- (1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;
(2) Reversões realizadas durante o exercício; e
(3) Atualizações monetárias mensais pelo INPC acrescido de 1% da taxa Selic.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



Adicionalmente, a Companhia possui processos de natureza trabalhista, cível e fiscal em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão. O total dos referidos processos está demonstrado abaixo:

	2025	2024
Cíveis	56.605	140.165
Fiscais	5.648	30.892
Trabalhistas	5.405	5.573
Total	67.658	176.630

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável e possível destacamos, respectivamente:

16.2 Cíveis

A Companhia figura como ré em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável de R\$ 52.657 (R\$ 55.232 em 31 de dezembro de 2024), os processos mais relevantes destacam-se as:

O principal montante envolvido é referente ao processo de 0046671-06.2015.8.10.0001, trata-se de uma ação de indenização por perdas e danos com cobrança movida por Agrasty Construções Ltda., em 18/11/2014, em face de Companhia Energética do Maranhão, antiga denominação da Companhia, alegando quebra de contrato que tinha por objeto, dentre outros aspectos, a prestação de serviços de engenharia. Após contestação, produção de provas documentais, periciais e orais, foi proferida sentença que julgou procedente os pedidos do autor, acolhendo os pedidos indenizatórios de danos emergentes no valor de R\$ 2.528; R\$ 9.972, a título de lucros cessantes; horas extras, no valor de R\$ 8.185; e honorários advocatícios em 15% sobre o valor da condenação. A Companhia interpôs recurso de Apelação, em 17/10/2018, que foi parcialmente provido para julgar improcedente o pedido de pagamento de lucros cessantes. Após Embargos de Declaração por ambas as partes, não acolhidos, foi interposto Recurso Especial pela Companhia, em 18 de dezembro de 2020, com efeito suspensivo concedido. O recurso especial foi julgado e provido parcialmente para anular o acórdão dos embargos de declaração proferido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, e determinar que outro seja proferido em seu lugar, sanando-se as omissões. Em 08.05.2024 foi interposto Agravo Interno pela Agrasty. Em 09.08.2024 foi retirado de pauta de julgamento. Ainda não reincluído em pauta. Recurso pendente de julgamento pela 4ª turma do Supremo Tribunal de Justiça.

O processo nº 0010494-91.2013.8.10.0040 movido pela empresa Bodim Comércio de Biciclos Ltda., é o principal montante envolvido, que busca a indenização por incêndio causado em suas instalações com perda total dos bens no local da ocorrência, em 08 de agosto de 2012. Apresentada a defesa e transcorrida a fase de produção de provas, foi proferida sentença determinando o pagamento de R\$ 2.838 a título de danos materiais; R\$ 269 a título de lucros cessantes; danos materiais no prédio sinistrado, com apuração dos valores a serem feitas por liquidação; custas e honorários, fixados em 15% do valor atualizado da condenação. Em seguida, foram interpostos recursos por ambas as partes, sendo provido, inicialmente, apenas o recurso da Companhia, para julgar improcedentes os pedidos. Contudo, a decisão foi revertida após Embargos de Declaração pela parte contrária, retomando-se os efeitos da condenação, no âmbito do Tribunal de Justiça do Maranhão. A Companhia interpôs Embargos de Declaração, que foram rejeitados, seguidos de Recurso Especial, com concessão de efeito suspensivo e provimento parcial, sem alteração do mérito da demanda. Ambas as partes interpuseram Agravo Interno, sendo o da Bodim Comércio de Biciclos Ltda. desprovido e o da Companhia provido para dar provimento ao seu recurso especial e restabelecer o acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão que julgou improcedentes os pedidos. Contra essa decisão a Bodim Comércio de Biciclos Ltda. Interpôs embargos de divergência, ainda pendente de julgamento no Superior Tribunal de Justiça.

Além dos processos provisionados, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2025 é avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica, como possíveis, no montante de R\$ 56.605 (R\$ 140.165 em 31 de dezembro de 2024) destacam-se as:

O principal montante envolvido no valor de R\$ 27.710 é referente ao processo que trata de um incêndio que teve origem na rede interna dos autores, sem responsabilidade da Companhia. O Laudo do Instituto de Criminalística e Medicina Legal (ICRIM) que apontava responsabilidade da Companhia foi anulado em outro processo judicial, e uma perícia judicial será realizada para determinar a responsabilidade pelo evento (incêndio).

16.3 Fiscais

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável de R\$ 84.355 (R\$ 84.355 em 31 de dezembro de 2024), referente aos seguintes processos:

Processo de PIS e COFINS sobre a receita financeira no montante de R\$ 69.869, onde a Companhia obteve decisão judicial favorável para anular os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que reintroduziu as alíquotas da contribuição ao PIS e da COFINS sobre receitas financeiras. Apesar desta decisão, os valores de tais tributos foram depositados em juízo. Considerando que o Supremo Tribunal Federal declarou a constitucionalidade do aumento de tais alíquotas, em sede de repercussão geral (Tema 939), os valores poderão ser convertidos em renda, exceto os valores que a Companhia depositou em excesso, os quais já foram reconhecidos pela União, e encontra-se em fase de recuperação.

A Companhia efetuou depósitos judiciais referente ao processo de nº 0816370-67.2020.8.10.000 no montante de R\$ 18.101, em que a Companhia figura como parte autora em ação declaratória que visa o reconhecimento do direito à retribuição pelo serviço de lançamento, cobrança e arrecadação da Contribuição de Iluminação Pública (CIP) em favor do Município de São Luís no percentual de 5% sobre o total dos valores arrecadados. Atualmente, o processo aguarda conclusão para julgamento dos recursos na 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Além dos processos provisionados, existem outros fiscais, cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2025 é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica da Companhia, como possível no montante de R\$ 5.648 (R\$ 30.892 em 31 de dezembro de 2024) para as quais não foi constituída provisão.

16.4 Trabalhistas

O passivo trabalhista em 31 de dezembro de 2025 destacam-se ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, como pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, doença ocupacional/reintegração, estabilidade CIPA, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Além dos processos provisionados, existem outros processos trabalhistas, cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2025 é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 5.405 (R\$ 5.573 em 31 de dezembro de 2024) para as quais não foram constituídas provisões. Destacam-se ações por responsabilidade subsidiária, ações por horas extras e ações por execução TAC.

16.5 Regulatórios

Em 31 de dezembro de 2025 o valor de R\$ 10.575 (R\$ 9.247 em 31 de dezembro de 2024) corresponde a prováveis penalidades a serem aplicadas contra a Companhia, referente a Termos de Notificação e Auto de Infração da ANEEL, bem como, penalidade de Medição de fronteira na CCEE.

17 Patrimônio líquido

17.1 Capital social

O capital subscrito no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 1.863.606 (R\$ 1.863.606 em 31 de dezembro de 2024), o capital autorizado é de R\$ 2.200.000 (R\$ 2.200.000 em 31 de dezembro de 2024), sem valor nominal, e sua composição por classe de ações e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	2025			Total	%
	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas Classe A	Ações preferenciais nominativas Classe B		
Equatorial Energia Distribuição S.A.	105.120.627	768.694	1.008.683	106.898.004	65,11%
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Axia Energia)	53.777.259	459.387	609.069	54.845.715	33,41%
Outros	2.421.053	11.150	7.977	2.440.180	1,48%
Total (a)	161.318.939	1.239.231	1.625.729	164.183.899	100%

(a) Não houve alteração na composição acionária da Companhia entre o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Dentro do limite do capital autorizado e das espécies e classes das ações existentes, independente de reforma estatutária, o Conselho de Administração será competente para deliberar sobre a emissão de ações para aumento de capital social da Companhia. Salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, os acionistas não terão direito de preferência em quaisquer emissões de ações, notas promissórias para distribuição pública, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja alocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos do art.172 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

As ações preferenciais, com exceção das emitidas até 31 de dezembro de 1996, não são conversíveis em ações ordinárias, gozando de prioridade de reembolso de capital, pelo valor de patrimônio líquido, no caso de liquidação da Companhia, tendo prioridade no recebimento de dividendos mínimos de 6% (seis por cento) a.a. para as de classe "A" e 10% (dez por cento) a.a. para as de classe "B", calculados sobre o seu valor patrimonial antes da apropriação do resultado do exercício a que se referir o dividendo. Não há outros direitos, restrições na distribuição de dividendos ou em reembolso de capital.

17.2 Reservas de lucros

	2025	2024
Reserva legal (a)	121.111	91.644
Reserva de incentivos fiscais (b)	662.343	499.995
Reserva estatutária de reforço de capital de giro (c)	1.725.252	1.305.353
Reserva de dividendos adicionais propostos (d)	-	318.887
Total de reservas de lucros	2.508.706	2.215.879

a. Reserva legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária, e limitada a 20% do capital social. O saldo em 31 de dezembro de 2025 é R\$ 121.111 (R\$ 91.644 em 31 de dezembro de 2024).

O montante de benefício fiscal do ano foi integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). Desta forma, o mesmo reduz a base de cálculo da reserva legal.

b. Reserva de incentivos fiscais

A CVM através da deliberação nº 555 aprovou o pronunciamento técnico CPC 07 (R1), Subvenções e Assistências Governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita. O saldo das subvenções da SUDENE é de R\$ 662.343 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 499.995 em 31 de dezembro de 2024).

c. Reserva estatutária de reforço de capital de giro

Esta reserva destina-se a registrar o saldo do lucro líquido do exercício após as deduções previstas em lei, o dividendo prioritário das ações preferenciais e o dividendo mínimo obrigatório previsto. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo desta reserva é de R\$ 1.725.252 (R\$ 1.305.353 em 31 de dezembro de 2024).

d. Reserva de dividendos adicionais propostos

Em 29 de abril de 2025, em Reunião do Conselho de Administração foi aprovada a distribuição da integralidade da reserva no montante de R\$ 318.887, oriundos da reserva de dividendos adicionais.

Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 31 de dezembro de 2025, não houve constituição desta reserva (R\$ 318.887 em 31 de dezembro de 2024).

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



17.3 Resultado por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (*Resultado por ação*), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	2025			Total
	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas A	Ações preferenciais nominativas B	
Numerador:				
Lucro líquido do exercício	738.563	5.672	7.444	751.680
Denominador:				
Média ponderada por classe de ações (em milhares)	161.319	1.239	1.626	164.184
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)	4,57828	4,57828	4,57828	4,57828

	2024			Total
	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas A	Ações preferenciais nominativas B	
Numerador:				
Lucro líquido do exercício	728.401	5.594	7.342	741.337
Denominador:				
Média ponderada por classe de ações	161.319	1.239	1.626	164.184
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)	4,51528	4,51528	4,51528	4,51528

17.4 Dividendos a pagar

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

(i) Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	751.680	741.337
(-) Reserva de incentivo fiscal	(162.348)	(189.856)
(-) Reserva legal	(29.467)	(27.574)
Lucro líquido ajustado	559.865	523.907
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	139.966	130.977
Dividendos adicionais propostos	-	318.887
Total de dividendos mínimos e adicionais	139.966	449.864
Reserva de reforço de capital de giro	419.899	74.043
Total lucro líquido ajustado	559.865	523.907

(ii) A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	142.884
Dividendos adicionais distribuídos de 2023	249.413
Dividendos mínimos propostos de 2023	130.977
Pagamento de dividendos	(390.666)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	132.608
Dividendos adicionais distribuídos de 2024 (a)	318.887
Dividendos mínimos propostos de 2024 – Vide item (i)	139.966
Pagamento de dividendos (b)	(449.756)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	141.705

- (a) Em 29 de abril de 2025, conforme a ata de Reunião de Assembleia Geral Ordinária, houve aprovação da distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 318.887, o qual é composto pelos dividendos adicionais com base no lucro em 31 de dezembro de 2024; e
- (b) O valor de R\$ 449.756 refere-se às distribuições aprovadas em: 29 de abril de 2025, referentes aos dividendos adicionais mantidos no patrimônio líquido, no valor de R\$ 318.887, conforme nota (a) acima, e saldo remanescente de dividendos mínimos mantidos no passivo, no valor de R\$ 130.869.

18 Planos de incentivos de longo prazo

A Companhia instituiu planos de incentivo de longo prazo a colaboradores dedicados ao Grupo Equatorial ("Grupo").

Os planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, por intermédio do Comitê de Pessoas, Governança e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável.

18.1 Quinto Plano de Opção de Compra de Ações

Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

a. Movimentação durante o exercício

	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício
	2025	2025	2024	2024
<i>Em opções</i>				
Existentes em 1º de janeiro	656.400	-	7.196.800	-
Encerrados ao fim do exercício 1ª Outorga	-	-	(5.915.000)	-
Encerrados ao fim do exercício 2ª Outorga	(80.800)	-	(94.200)	-
Encerrados ao fim do exercício 3ª Outorga	(138.200)	-	(141.800)	-
Encerrados ao fim do exercício 4ª Outorga	(114.700)	-	(129.400)	-
Encerrados ao fim do exercício 5ª Outorga	-	-	(140.000)	-
Encerrados ao fim do exercício 6ª Outorga	(60.000)	-	(120.000)	-
Existentes ao fim do exercício 2ª Outorga	-	-	80.800	19,55
Existentes ao fim do exercício 3ª Outorga	-	-	138.200	23,63
Existentes ao fim do exercício 4ª Outorga	92.700	22,67	207.400	23,00
Existentes ao fim do exercício 5ª Outorga	40.000	22,64	40.000	22,98
Existentes ao fim do exercício 6ª Outorga	-	-	60.000	26,04
Existentes ao fim do exercício 7ª Outorga	130.000	30,11	130.000	30,45
Total existentes ao fim do exercício	262.700	-	656.400	-

A vigência contratual média ponderada remanescente para as opções de ação restantes em 31 de dezembro de 2025 era de 4,26 anos (4,09 anos, em 31 de dezembro de 2024).

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



A tabela a seguir apresenta uma relação das informações do modelo utilizado no plano para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Premissas	2025	2024
Média ponderada do valor justo na data da mensuração (R\$)	13,19	11,16
Rendimento de dividendos (%)	Valor presente, descontado pela taxa de juros pré-fixada na data de cada lote das respectivas outorgas	Valor presente, descontado pela taxa de juros pré-fixada na data de cada lote das respectivas outorgas
Volatilidade esperada (%)	31,13	31,07
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos) (%)	11,42	10,57
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada em anos)	4,26	4,09
Média ponderada do preço das ações (R\$)	28,87	26,83
Modelo utilizado	Black-Scholes	Black-Scholes

A despesa reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 762 (R\$ 2.877 em 31 de dezembro de 2024) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period*, que é avaliado em cada data-base.

18.2 Plano de Outorga de "Matching Shares"

As ações *Matching Shares* serão entregues aos participantes em quatro tranches iguais, sendo 25% em cada data de aniversário da outorga e serão entregues aos participantes no prazo de até 60 (sessenta) dias contados de cada uma das datas do período de carência.

Para a volatilidade, utilizou-se a volatilidade histórica das ações para cada prazo médio de exercício de cada lote.

	Número de opções	Valor justo médio ponderado	Número de opções	Valor justo médio ponderado
	2025	2025	2024	2024
<i>Em ações</i>				
Existentes em 1º de janeiro	88.944	31,12	-	-
Outorgadas durante o exercício	186.083	32,22	88.944	-
Existentes ao fim do exercício 1ª Outorga	88.944	31,12	88.944	31,12
Existentes ao fim do exercício 2ª Outorga	186.083	32,22	-	-
Existentes ao fim do exercício	275.027	31,86	88.944	31,12

A despesa reconhecida na Companhia, em contrapartida ao patrimônio líquido, no exercício findo em 31 de dezembro 2025 foi de R\$ 2.360 (R\$ 908 em 31 de dezembro de 2024) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period*, que é avaliado em cada data base.

18.3 Plano de outorga de "Phantom Shares"

A Companhia possui três contratos ativos de "Phantom Shares" referentes aos anos de 2019, 2023 e 2025.

O valor da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do exercício de 31 de dezembro de 2025, ponderado pelo volume negociado.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



Com base na apuração das métricas de *performance* definidas, a Companhia, fez jus aos referidos programas. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para a Equatorial Maranhão, caso as métricas de *performance* forem atingidas, considerando todos os programas ativos:

	Número de ações	Valor justo médio ponderado	Número de ações	Valor justo médio ponderado
<i>Em ações</i>	2025	2025	2024	2024
Existentes em 1º de janeiro	1.256.990	31,60	1.412.974	33,32
Outorgadas durante o exercício	793.916	-	-	-
Cancelamento/transferência (a)	(104.677)	-	(155.984)	-
Pagamentos	(375.000)	-	-	-
Existentes ao fim do exercício	1.571.229	38,41	1.256.990	31,60

(a) Os cancelamentos se referem a ações de colaboradores desligados que perderam o direito de aquisição, e as transferências se referem a ações entre partes relacionadas, sendo as entidades membro do mesmo grupo econômico.

Para os planos de 2023 e 2025, a Companhia realizou a estimativa de valor justo dos referidos planos por meio da técnica de avaliação *Monte Carlo* para precificação, incorporando fatores e premissas de mercado, de acordo com o item 17 do CPC 10 (R1). As quantidades de ações podem variar conforme a *performance* do plano e serem multiplicadas por um percentual entre 0% (zero por cento) e 150% (cento e cinquenta por cento) da quantidade-alvo.

Ressalta-se que estes planos são classificados como instrumentos financeiros passivos liquidáveis em caixa. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecida uma provisão de R\$ 31.716 para a Companhia, em contrapartida à rubrica de outras contas a pagar (reversão de R\$ 6.663 em 31 de dezembro de 2024) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado a cada data-base.

19 Receita operacional líquida

A conciliação da receita bruta para a receita líquida está a seguir demonstrada:

	2025	2024
Receita de distribuição	6.717.793	6.105.899
Remuneração financeira WACC	408.629	378.111
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (a)	280.245	100.119
Subvenção CDE - Outros (b)	284.092	199.317
Fornecimento de energia elétrica	7.690.759	6.783.446
Suprimento de energia elétrica (c)	69.940	42.022
Receita pela disponibilidade - uso da rede	284.507	226.790
Receita de construção (e)	1.239.877	1.145.870
Atualização dos ativos financeiros (d)	179.236	164.050
Outras receitas	239.237	189.401
Receita operacional bruta	9.703.556	8.551.579
Deduções da receita		
ICMS sobre venda de energia elétrica	(1.611.798)	(1.380.286)
PIS e COFINS	(557.911)	(520.364)
Encargos do consumidor	(62.684)	(55.145)
ISS	(2.380)	(2.331)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(442.702)	(358.175)
Penalidades DIF/FIC e outras	(49.162)	(23.206)
Deduções da receita operacional	(2.726.637)	(2.339.507)
Receita operacional líquida	6.976.919	6.212.072

- (a) A variação positiva de R\$ 180.126 nos ativos e passivos regulatórios decorre principalmente de: (i) Maior receita de CVA no exercício atual, influenciada pelo comportamento dos custos de energia e dos encargos setoriais frente às coberturas tarifárias homologadas pela ANEEL. Embora não tenha havido alteração relevante na posição de constituição entre os anos, o aumento desses custos gerou variação positiva de R\$ 295.878 em relação ao exercício anterior; (ii) Efeito negativo de R\$ 105.904 referente à CVA da Bandeira Faturada, em função das bandeiras tarifárias vigentes em 2025, diferentes das aplicadas no exercício anterior; (iii) Variação negativa de R\$ 12.680 relacionada às amortizações do último reajuste tarifário; (iv) Variação positiva de R\$ 2.832 relativa à receita de ultrapassagem de demanda e excedente reativo;
- (b) Referem-se ao registro da receita de desconto tarifário. A variação refere-se ao registro do subsídio do faturamento de projetos da Geração Distribuída do tipo II e III, representando aumento de consumidores que geram energia, bem como a quantidade de energia injetada faturada;
- (c) A receita de suprimento de energia elétrica aumentou em 2025 em razão da elevação do PLD no Mercado de Curto Prazo, que passou de R\$ 119,11/MWh em 2024 para R\$ 158,75/MWh em 2025, resultando em apuração maior de receita nas vendas desse mercado;
- (d) A variação decorre, principalmente, do crescimento do saldo do Ativo Financeiro ao longo do exercício. Esse aumento foi impulsionado pelos efeitos da Revisão Tarifária Periódica realizada em 2025; e
- (e) A Companhia reconhece a receita de construção referente aos serviços de construções e melhorias previstos no contrato de concessão, com base no estágio de conclusão das obras realizadas, conforme nota explicativa nº 3.1 – Reconhecimento de receita. A variação da receita de construção comparada ao exercício anterior decorre do maior esforço de incremento na base de ativos de contrato, tendo em vista 6º ciclo de Revisão Tarifária Periódica da Companhia ocorrida em 2025.

20 Custo do serviço e despesas operacionais

	2025				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesa com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(40.855)	(38.052)	(165.773)	-	(244.680)
Material	(10.361)	(8.522)	(2.072)	-	(20.955)
Serviços de terceiros	(222.991)	(151.375)	(68.927)	-	(443.293)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(3.057.179)	-	-	-	(3.057.179)
Custo de construção (b)	(1.239.877)	-	-	-	(1.239.877)
PECLD (c)	-	-	-	(122.788)	(122.788)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(49.749)	-	(49.749)
Amortização	(316.106)	-	(74.736)	-	(390.842)
Subvenção CCC	(1.305)	-	-	-	(1.305)
Outros	(907)	(8.103)	(9.686)	(3.843)	(22.539)
Total	(4.889.581)	(206.052)	(370.943)	(126.631)	(5.593.207)

	2024				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesa com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(48.305)	(47.899)	(114.326)	-	(210.530)
Material	(9.446)	(12.813)	(3.123)	-	(25.382)
Serviços de terceiros	(265.420)	(133.931)	(63.896)	-	(463.247)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(2.744.453)	-	-	-	(2.744.453)
Custo de construção (b)	(1.145.870)	-	-	-	(1.145.870)
PECLD (c)	-	-	-	(113.383)	(113.383)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(14.295)	-	(14.295)
Amortização	(263.437)	-	(43.527)	-	(306.964)
Outros	1.199	(6.820)	(7.213)	(4.559)	(17.393)
Total	(4.475.732)	(201.463)	(246.380)	(117.942)	(5.041.517)

(a) Para maior detalhamento, vide a abertura dos custos da energia elétrica comprada para revenda, conforme nota explicativa nº 21 – Energia elétrica comprada para revenda;

(b) O aumento do Custo decorre, principalmente, do crescimento físico das obras executadas ao longo do exercício. Esse incremento está diretamente relacionado aos efeitos da Revisão Tarifária Periódica (RTP 2025); e

(c) Para maior detalhamento, vide nota explicativa nº 6.2 – Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



21 Energia elétrica comprada para revenda

	2025		2024	
	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$
Energia de leilão (a)	7.887	(1.901.920)	7.655	(1.645.087)
Contratos Eletronuclear	253	(79.201)	255	(83.934)
Contratos cotas de garantias	1.055	(341.265)	1.246	(315.459)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva	-	(157.565)	-	(202.627)
Energia de curto prazo - CCEE (d)	-	(225.542)	-	(100.669)
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	161	(82.625)	158	(64.705)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	274.067	-	248.417
Geração distribuída (c)	-	(13.444)	-	(59.979)
Subtotal	9.356	(2.527.495)	9.314	(2.224.043)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (b)	-	(529.684)	-	(520.410)
Total	9.356	(3.057.179)	9.314	(2.744.453)

- (a) A variação refere-se aos custos com contratos (CCEAR – Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente regulado, MCSD – Mecanismo de Compensação de Sobras e Déicits), com preço médio do exercício em R\$ 241,14/MWh em relação a 2024 que foi de R\$214,90/MWh;
- (b) Contempla os custos com encargos de uso e conexão do sistema de transmissão, os quais possuem tarifas ajustadas pela resolução Receita Anual Permitida (RAP). Para o ano de 2024, as tarifas praticadas foram aprovadas na Resolução Homologatória nº 3.348 de 16 de julho de 2024, com vigência a partir de julho de 2024 até junho de 2025 e Resolução Homologatória nº 3.481 de 15 de julho de 2025 com vigência a partir de julho de 2025 até junho de 2026, as quais são relacionadas à Rede Básica e Conexão, assim como o aumento da contratação do MUST (Montante de Uso do Sistema de Transmissão);
- (c) Os valores referem-se à contabilização dos custos de geração distribuída, cujo valor é determinado pela energia excedente (kWh) gerada por consumidores de Micro e Minigeração Distribuída conforme Lei 14.300/2022, valorizada pelo PMIX (Preço Médio de Compra de Energia). Esse impacto é reconhecido em contrapartida em outras contas a pagar; e
- (d) A variação decorre do aumento da despesa do efeito da contratação por disponibilidade e efeito de contratação de cotas de garantia física.

(*) Informação não auditada.

22 Outras despesas operacionais, líquidas

	2025	2024
Outras receitas operacionais		
Reversão de provisão para perda de estoque (b)	3.997	38.304
Outras receitas operacionais	1.599	1.408
Total de outras receitas operacionais	5.596	39.712
Outras despesas operacionais		
Perdas pela desativação de bens e direitos (a)	(44.573)	(49.412)
Indenização por danos a terceiros	(6.334)	(4.751)
Provisão para perda de estoque (b)	(20.936)	(37.512)
Baixa de recebíveis incobráveis (c)	(4.517)	(57.297)
Outras despesas operacionais	(44.042)	(26.245)
Total de outras despesas operacionais	(120.402)	(175.217)
Total outras despesas operacionais, líquidas	(114.806)	(135.505)

- (a) Os saldos de perdas referem-se às baixas de bens comprometidos por avarias ou sinistros, realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025;
- (b) A Companhia realiza avaliações periódicas de seus estoques/obras a fim de identificar materiais com baixa movimentação, constituindo provisão para perdas como forma de refletir o real potencial dos estoques na geração de caixa. O montante provisionado corresponde, em sua maioria, a itens obsoletos, de baixa rotatividade e/ou danificados. Para os materiais sem expectativa de benefício econômico, a distribuidora constitui provisão, uma vez que esses itens atendem às premissas previamente estabelecidas. Quando tais premissas deixam de ser atendidas, procede-se à reversão da respectiva provisão; e
- (c) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram realizadas baixas de títulos a receber, vencidos acima de 5 anos, e a reversão da respectiva PECLD, nos montantes de R\$ 74.376 e R\$ 69.859 (sendo R\$ 68.165 do contas a receber de clientes, conforme nota explicativa nº 6.2, e R\$ 1.694 de outros créditos a receber), respectivamente, resultando em um montante líquido de R\$ 4.517.

23 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimentos financeiros (a)	145.878	105.615
Valores a receber/devolver parcela A	29.489	14.409
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	55.181	213.373
Acréscimo moratório de energia vendida	80.149	81.195
Receita Financeira de AVP	4.345	6.261
PIS/COFINS sobre receita financeira	(13.283)	(11.133)
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo da dívida (c)	151.016	66.830
Juros de mora sobre contas a receber	4.021	13.672
Outras receitas financeiras	30.137	41.033
Total de receitas financeiras	486.933	531.255
Despesas financeiras		
Encargos da dívida (d)	(284.727)	(209.842)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	(304.990)	(57.611)
Valores a receber/devolver parcela A	(38.531)	(45.890)
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo da dívida (c)	(131.604)	(363.934)
Despesa financeira de AVP	(4.271)	(1.669)
Atualização de contingências	(40.058)	(9.273)
Descontos concedidos	(12.190)	(18.088)
Despesas com Aval	-	(17.952)
PECLD sobre Juros de mora de contas a receber	(5.291)	(6.221)
Outras despesas financeiras	(55.820)	(19.256)
Encargos de geração distribuída	-	(825)
Total de despesas financeiras	(877.482)	(750.561)
Total resultado financeiro	(390.549)	(219.306)

- (a) A variação positiva nos rendimentos financeiros decorre, principalmente da elevação da taxa CDI, que passou de 10,88% no acumulado até dezembro de 2024 para 14,32% no acumulado até dezembro de 2025;
- (b) A variação nas operações com instrumentos derivativos decorre, principalmente, da contratação de operações de swap e da variação cambial incidente sobre essas operações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecida despesa financeira em função da valorização do real frente ao dólar, que apresentou queda de 11,14%. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, por sua vez, registrou-se receita financeira decorrente da desvalorização do real, com alta de 27,91%;
- (c) No acumulado até 31 de dezembro de 2025, o principal impacto foi causado pela variação cambial, que resultou em uma receita devido à queda de 11,14% no valor do dólar. O câmbio passou de R\$ 6,19 em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 5,50 em 31 de dezembro de 2025. Em contrapartida, no acumulado até 31 de dezembro de 2024, a variação cambial gerou uma despesa, decorrente da alta de 27,91% no valor do dólar. Além das variações monetárias e cambiais, o saldo é composto da marcação a valor justo das dívidas que são objeto de swaps contabilizados pelo método do hedge a valor justo; e
- (d) No acumulado até 31 de dezembro de 2025, o aumento na despesa, deu-se principalmente em função da elevação da taxa CDI, indexador com 53,3% de participação na dívida da Companhia, que passou de 10,88% no acumulado até 31 de dezembro de 2024 para 14,32% no acumulado até 31 de dezembro de 2025. Saldo advém dos encargos de empréstimos e debêntures que impactaram o resultado em R\$ 142.145 e 142.583, respectivamente, conforme notas explicativas 13.2 Movimentação de empréstimos e financiamentos e 14.3 Movimentação das debêntures.

24 Benefício pós-emprego (Entidade de previdência privada)

24.1 Características do plano de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora de Planos de Benefícios de natureza previdenciária administrados pela Equatorial Energia Fundação de Previdência (EQTPREV), pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, conforme descritos a seguir:

Plano	Modalidade	Administradora	Tipo de Benefícios	Principais Benefícios
Equatorial CD	CD + BD (risco)	EQTPREV	Contributivo	Aposentadorias; Pensão por morte
Equatorial BD	BD	EQTPREV	Contributivo	Pensão; Abono; Aposentadorias; Auxílios

24.2 Características dos outros benefícios

A Companhia dispõe de outros benefícios como planos de saúde e odontológico que são oferecidos aos seus empregados e ex-empregados, conforme descrito a seguir:

Plano	Operadora	Tipo de Cobertura	Público-Alvo
Bradesco Saúde	Bradesco Saúde	Saúde	Empregados e dependentes
Odontoprev	Odontoprev S/A	Odontológico	Empregados e dependentes

24.3 Apuração do passivo (ativo) atuarial líquido

A conciliação dos ativos e passivos demonstrará o excesso ou a insuficiência de recursos para cobertura do benefício pós-emprego, e que deve ser apresentado no balanço da Companhia. Apresentamos, a seguir, a demonstração dos resultados apurados em 31 de dezembro de 2025 (Passivo ou Ativo Atuarial a ser contabilizado) e a projeção de despesas a serem reconhecidas no resultado do exercício de 2025.

	2025			Total
	Planos CD	Planos BD	Plano de saúde e odontológico	
1 Déficit/(Superávit) apurado				
Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	702	140.098	21.136	161.936
Valor justo dos ativos do plano	(13.548)	(190.018)	-	(203.566)
Déficit/(Superávit) apurado	(12.846)	(49.920)	21.136	(41.630)
2 Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais				
Efeito do Teto de Ativo	5.897	49.920	-	55.817
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	5.897	49.920	-	55.817
3 Passivo/(Ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33(R1)				
Passivo/(Ativo) líquido apurado	(6.949)	-	21.136	14.187
			Ativo não circulante	(6.949)
			Passivo não circulante	21.136
			Total líquido	14.187
	2024			Total
	Planos CD	Planos BD	Plano de saúde e odontológico	
1 Déficit/(Superávit) apurado				
Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	592	144.514	15.405	160.511
Valor justo dos ativos do plano	(12.700)	(190.827)	-	(203.527)
Déficit/(Superávit) apurado	(12.108)	(46.313)	15.405	(43.016)
2 Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais				
Efeito do Teto de Ativo	6.415	46.313	-	52.728
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	6.415	46.313	-	52.728
3 Passivo/(Ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33(R1)				
Passivo/(Ativo) líquido apurado	(5.693)	-	15.405	9.712
			Ativo não circulante	(5.693)
			Passivo não circulante	15.405
			Total líquido	9.712

24.4 Resultado da avaliação atuarial

Os resultados das avaliações atuariais apuraram o seguinte compromisso do plano com seus participantes:

	2025			Total
	Planos CD	Planos BD	Plano de Saúde e odontológico	
Resultado do exercício				
Custo do serviço corrente líquido	88	-	-	88
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	58	16.770	1.897	18.725
Rendimento esperado dos ativos do plano	(1.637)	(22.471)	-	(24.108)
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	832	5.700	-	6.532
Total de despesa (receita) reconhecida no Resultado do Exercício	(659)	(1)	1.897	1.237
Outros Resultados Abrangentes (ORA), no exercício				
(Ganhos)/perdas nos ativos do plano	958	5.851	-	6.809
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	(37)	(3.751)	3.082	(706)
(Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	(1.350)	(2.093)	-	(3.443)
(Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	(429)	7	3.082	2.660

	2024			Total
	Planos CD	Planos BD	Plano de saúde e odontológico	
Resultado do exercício				
Custo do serviço corrente líquido	72	4	-	76
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	44	14.632	1.274	15.950
Rendimento esperado dos ativos do plano	(893)	(19.189)	-	(20.082)
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	442	4.556	-	4.998
Total de despesa (receita) reconhecida no Resultado do Exercício	(335)	3	1.274	942
Outros Resultados Abrangentes (ORA), no exercício				
(Ganhos)/perdas nos ativos do plano	(2.142)	15.989	-	13.847
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	(106)	(11.153)	1.459	(9.800)
(Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	1.271	(4.830)	-	(3.559)
(Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	(977)	6	1.459	488

24.5 Ativos do plano

Os ativos dos planos são compostos por ativos financeiros com cotação de mercados ativos e, portanto, são classificados como Nível 1 e Nível 2 na hierarquia de avaliação do valor justo. A taxa esperada global de retorno dos ativos do plano é determinada com base nas expectativas de mercado vigentes nessa data, aplicáveis ao período durante o qual a obrigação deve ser liquidada.

Ativos do plano incluem:	2025			2024		
	Planos CD	Planos BD	Total	Planos CD	Planos BD	Total
Títulos Públicos	177.676	184.730	362.406	146.435	166.016	312.451
Fundos de Investimento:	513.622	19.393	533.015	223.844	22.513	246.357
Outros	71.400	1.413	72.813	92.542	5.294	97.836
Total	762.698	205.536	968.234	462.821	193.823	656.644

24.6 Obrigação de benefício definido

(a) Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas na data do balanço foram:

	2025			2024		
	Planos CD	Planos BD	Plano de Saúde e odontológico	Planos CD	Planos BD	Plano de Saúde e odontológico
Taxa de inflação	4,05%	4,05%	4,05%	4,96%	4,96%	4,96%
Taxa de desconto real	7,70%	7,39%	7,16%	7,63%	7,00%	7,17%
Taxa de desconto nominal	12,06%	11,74%	11,50%	12,97%	12,31%	12,49%
Futuros aumentos salariais	4,05%	4,05%	Não aplicável	4,96%	4,96%	Não aplicável
Futuros aumentos de pensão	4,05%	4,05%	4,05%	3,93%	4,96%	4,96%
Mortalidade geral	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%

(b) Análise de sensibilidade

Mudanças razoavelmente possíveis na data do balanço em cada uma das premissas atuariais relevantes, mantendo as outras premissas constantes, teriam afetado a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

Premissa	Análise de sensibilidade	2025				2024			
		Planos CD	Planos BD	Plano de Saúde	Total	Planos CD	Planos BD	Plano de Saúde	Total
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	15	(4.408)	(1.134)	(5.527)	(13)	(4.751)	(899)	(5.663)
	Redução de 0,5%	16	4.687	1.246	5.949	14	5.064	996	6.074
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	(34)	3.832	711	4.509	(29)	3.903	507	4.381
	Redução de 1 ano	38	(3.880)	(706)	(4.548)	32	(3.954)	(503)	(4.425)
HCCTR	Aumento de 0,5%	-	-	1.224	1.224	-	-	982	982
	Redução de 0,5%	-	-	(1.123)	(1.123)	-	-	(894)	(894)

Embora a análise não considere a distribuição completa dos fluxos de caixa esperados no âmbito do plano, ela fornece uma aproximação da sensibilidade da premissa apresentada.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2025 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

24.7 Fluxo de Caixa

	2025				2024			
	Planos CD	Planos BD	Plano de saúde e odontológico	Total	Planos CD	Planos BD	Plano de saúde e odontológico	Total
1 Fluxo de caixa no exercício								
Contribuições do empregador	168	6	440	614	151	9	358	518
Contribuições de participante	-	9	-	9	1	9	-	10
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	-	17.444	440	17.884	-	16.549	358	16.907
2 Fluxo de caixa estimado para o exercício seguinte								
Contribuições do empregador	179	7	566	752	146	11	439	596
Contribuições de participante	-	10	-	10	-	11	-	11
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	355	17.326	566	18.247	303	16.999	439	17.741

25 Instrumentos financeiros

25.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), conforme notas explicativas 13.4 – *Covenants* dos empréstimos e financiamentos e 14.4 – *Covenants* das debêntures.

25.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos (*swap*), apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

A Companhia adota a contabilização de instrumentos financeiros derivativos conforme os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Os swaps contratados para proteção da exposição cambial das dívidas denominadas em moeda estrangeira serão designados como instrumentos de hedge contábil na modalidade de hedge de fluxo de caixa. Já os swaps contratados para proteção da exposição das dívidas indexadas ao IPCA serão designados como instrumentos de hedge contábil na modalidade de hedge de valor justo.

25.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Para exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme descrito no item a seguir.

(a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

As divulgações quantitativas da hierarquia do valor justo para ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2025		2024	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e depósito bancários à vista	-	Custo amortizado	36.217	36.217	21.347	21.347
Equivalentes de caixa	1	Valor justo por meio do resultado	5.644	5.644	108.848	108.848
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	541.525	541.525	1.456.357	1.456.357
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	1.504.143	1.504.143	1.271.034	1.271.034
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	-	-	120.044	120.044
Ativo financeiro de concessão	3	Valor justo por meio do resultado	5.943.147	5.943.147	4.887.009	4.887.009
Total do ativo			8.030.676	8.030.676	7.864.639	7.864.639

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2025		2024	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	-	Custo amortizado	666.345	666.345	579.604	579.604
Fornecedor - risco sacado	-	Custo amortizado	56.149	56.149	43.580	43.580
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	2.310.900	2.322.295	-	-
Empréstimos e financiamentos	2	Valor justo por meio do resultado	412.579	412.579	2.899.527	2.909.533
Debêntures	-	Custo amortizado	830.539	830.689	1.661.429	1.638.238
Debêntures	2	Valor justo por meio do resultado	551.446	551.446	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	95.721	95.721	24.154	24.154
Passivo de arrendamento	-	Custo amortizado	368	368	568	568
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	81.795	81.795	347.538	347.538
Total do passivo			5.005.842	5.017.387	5.556.400	5.543.215

25.4 Instrumentos financeiros derivativos

A política de gestão de risco da Companhia é realizar *hedge* de 100% da exposição em moeda estrangeira relacionada a empréstimos e financiamentos, por meio da contratação de *swaps* de fluxo de caixa, nos quais a ponta passiva é denominada em moeda nacional indexada ao CDI e a ponta ativa em moeda estrangeira acrescida do custo do contrato. Tais contratos são designados como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa.

Adicionalmente, a Companhia utiliza contratos de *swap* para proteção da exposição a variações de taxas de juros associadas a dívidas indexadas ao IPCA. Nesses casos, os derivativos são designados como instrumentos de *hedge* de valor justo, com o objetivo de mitigar os efeitos das oscilações desses indexadores sobre o valor das obrigações financeiras.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados exclusivamente para fins de proteção, não sendo realizadas operações com caráter especulativo.

25.4.1 Aspectos da relação de hedge

(a) Teste de efetividade do hedge

A efetividade das relações de *hedge* é avaliada com base na comparação entre os termos críticos do instrumento de *hedge* e do item protegido, incluindo *notional*, prazo, indexador e cronograma de fluxos de caixa. Essa avaliação visa demonstrar a existência de relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item protegido, de forma que as variações no valor justo ou nos fluxos de caixa do derivativo sejam capazes de compensar as variações correspondentes do item protegido.

A Companhia utiliza o método dos termos críticos (*critical terms match*) para avaliação prospectiva da efetividade no momento da designação da relação de *hedge*.

(b) Índice de hedge

A Companhia adota índice de *hedge* de 1:1, considerando a correspondência entre o instrumento de *hedge* e o item protegido em relação ao montante *notional*, prazo e risco objeto da proteção.

(c) Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras que atuam como contrapartes nos instrumentos derivativos. Para mitigar essa exposição, as operações são realizadas apenas com instituições financeiras com elevado nível de classificação de crédito, sendo a exposição monitorada periodicamente.

(d) Fontes de inefetividade

Potenciais fontes de inefetividade podem decorrer de descasamentos residuais entre o instrumento de *hedge* e o item protegido, incluindo diferenças pontuais nos cronogramas de fluxos de caixa, alterações nos indexadores aplicáveis, bem como demais características específicas dos instrumentos.

Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2025 e 2024, que podem ser assim resumidos:

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



									Valor justo		
Instituição financeira	Ingresso	Vencimento	Valor contratado (USD)	Valor contratado (BRL)	Amortização	Tipo de Hedge	Juros	Indexadores	2025	2024	
Scotiabank	19/02/2021	19/02/2025	66.500	350.000	Anual	Fluxo de Caixa	Semestral	US + 1,48% a.a. / CDI + 1,65% a.a.	-	18.797	
Citibank	17/11/2023	09/05/2025	80.000	389.600	Bullet	Fluxo de Caixa	Semestral	US + Sofr + 0,79% a.a./ CDI + 1,29% a.a.	-	101.781	
XP	04/10/2024	15/09/2036	-	550.000	Anual	Valor Justo	Semestral	IPCA + 6,6493% a.a / CDI +0,285% a.a.	(38.277)	(47.240)	
Scotiabank	13/11/2024	12/11/2027	73.684	420.000	Bullet	Fluxo de Caixa	Semestral	USD + 5,8035% a.a / CDI +1,15% a.a.	(19.887)	22.552	
Scotiabank	30/01/2025	28/01/2028	18.000	106.920	Bullet	Fluxo de Caixa	Semestral	USD + 5,2780% a.a./ CDI + 1,05% a.a.	(13.733)	-	
Scotiabank	19/02/2025	18/02/2028	32.683	186.223	Bullet	Fluxo de Caixa	Semestral	USD + 5,2710% a.a./ CDI + 1,05% a.a.	(15.169)	-	
Bradesco	25/04/2025	15/08/2043	-	420.000	Mensal	Valor Justo	Mensal	IPCA + 7,72% a.a./ CDI +0,12% a.a.	(8.655)	-	
Total									(95.721)	95.890	
									Ativo circulante	-	120.044
									Passivo circulante	(1.245)	-
									Passivo não circulante	(94.476)	(24.154)
									Efeito líquido total	(95.721)	95.890

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: Preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swap* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. Destaca-se que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o *swap* seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

Valor contábil 2025				
Risco	Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de hedge está incluído	Valor Nominal	Ativo (Passivo)	Alterações no valor do instrumento de hedge reconhecidas em ORA
Dívidas em moeda estrangeira e indexadas ao IPCA	Instrumentos financeiros derivativos	1.683.143	(95.721)	61.448
Valor contábil 2024				
Risco	Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de hedge está incluído	Valor Nominal	Ativo (Passivo)	Alterações no valor do instrumento de hedge reconhecidas em ORA
Dívidas em moeda estrangeira e indexadas ao IPCA	Instrumentos financeiros derivativos	1.709.600	95.890	(49.477)

25.5 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria Estatutário da Controladora Equatorial Energia S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2024.

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação ao contas a receber) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa e outros instrumentos financeiros.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 41.861 (R\$ 130.195 em 31 de dezembro de 2024). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings e Standard & Poors*.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão.

(ii) Contas a receber de clientes

As contas a receber são compostas pelas faturas de energia elétrica, de consumidores não faturados e pelos parcelamentos de débitos de faturas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes, e a representatividade é influenciada pelas características da área de concessão.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



A Companhia estabelece as políticas de cobrança para as classes de clientes para reduzir os níveis de inadimplência, e consequentemente, a recuperação dos valores recebíveis. Todas as políticas de cobrança estabelecidas estão em consonância com a legislação e regulamentação específicas, no caso do setor de energia elétrica a Resolução Normativa nº 1.000/2021, emitida pela ANEEL.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor contábil de cada classe de ativos financeiros divulgada na Nota 6. A Companhia não possui ou mantém ativos que tenham sido dados em garantia por terceiros.

A Companhia registrou uma provisão para perda que representa sua melhor estimativa de perdas esperadas referentes às contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 6.2 – Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa e procedimentos descritos na nota explicativa nº 3.15.2.1 – Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa e perdas efetivas.

Perda esperada de crédito de liquidação duvidosa

Faixa (em dias)	Saldo contábil bruto Parcelamentos	%Taxa média ponderada da perda média do Parcelado	Saldo PCLD	Saldo contábil bruto faturados	%Taxa média ponderada da perda média do Faturado	Saldo PCLD
A Vencer	176.904	3,15% a 33,12%	55.670	407.873	3,15%	12.848
Vencido 1 a 30	8.210	35,92%	2.949	240.019	4,93%	11.833
Vencido 31 a 60	4.933	48,93%	2.414	82.603	14,52%	11.994
Vencido 61 a 90	4.596	56,15%	2.581	48.680	28,79%	14.015
Vencido 91 a 180	10.699	60,16% a 63,72%	6.593	72.558	35,21% a 42%	27.819
Vencido 181 a 360	15.992	65,64% a 71,22%	10.939	99.965	42,08% a 49,43%	45.229
Acima de 360	140.443	71,82% a 94,77%	119.573	493.134	50,38% a 81,56%	326.847
Total	361.777		200.719	1.444.832		450.585

Aging parcelamentos a vencer

	2025				Total
	2026	2027	2028	Após 2028	
Residencial	65.449	24.780	11.869	7.196	109.294
Industrial	713	192	31	6	942
Comercial	3.165	902	369	193	4.629
Rural	5.112	1.584	548	290	7.534
Poder público	7.186	4.889	3.742	10.009	25.826
Iluminação pública	4.009	2.412	1.311	1.682	9.414
Serviço público	9.615	5.953	3.327	370	19.265
Total a vencer	95.249	40.712	21.197	19.746	176.904

Aging parcelamentos vencidos há mais de 90 dias

	2025					Total
	Venc. 91 a 360 dias	Venc. de 361 a 720 dias	Venc. de 721 a 1080 dias	Venc. de 1081 a 1530 dias	Venc. a mais de 1530 dias	
Residencial	23.015	24.500	25.856	40.470	32.625	146.466
Industrial	218	211	268	409	380	1.486
Comercial	841	1.113	1.618	2.841	2.398	8.811
Rural	1.546	1.358	1.315	1.481	952	6.652
Poder público	355	559	211	118	165	1.408
Iluminação pública	85	110	62	29	107	393
Serviço público	631	1.045	97	48	97	1.918
Total do parcelamento	26.691	28.896	29.427	45.396	36.724	167.134

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



PECLD não faturados

Faixa	Saldo contábil bruto não faturados	%Taxa média ponderada de perda média do não faturado	Saldo PCLD
A vencer	205.795	3,15%	6.484

PECLD Outros

Faixa (em dias)	Saldo contábil bruto outros	%Taxa média ponderada da perda média do Outros	Saldo PCLD
A Vencer	18.293	3,15%	576
Vencido 1 a 30	8.440	4,93%	416
Vencido 31 a 60	3.240	14,52%	470
Vencido 61 a 90	1.844	28,79%	531
Vencido 91 a 180	3.758	35,21% a 42,00%	1.444
Vencido 181 a 360	3.566	42,08% a 49,43%	1.575
Acima de 360	25.694	50,38% a 81,56%	18.482
Total	64.835		23.494

(iii) Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativos de contrato e ativo financeiro da concessão).

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings e Standard & Poors*.

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas nas notas explicativas nº 13 – Empréstimos e financiamentos e nº 14 – Debêntures.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de endividamento para os próximos 12 meses. O índice de disponibilidade por dívida de curto prazo no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de 2,4 (2,7 em 31 de dezembro de 2024).

(i) Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração contábil. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Valor contábil	Fluxo de Caixa Contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários com garantia	2.030.139	3.496.893	51.204	258.642	311.962	1.071.046	1.804.039
Empréstimos bancários sem garantia	693.339	933.216	23.233	85.906	512.805	311.272	-
Subtotal - Empréstimos e Financiamentos	2.723.478	4.430.109	74.437	344.548	824.767	1.382.318	1.804.039
 Títulos de dívida emitidos sem garantia	1.381.985	2.465.226	-	130.729	122.394	1.233.887	978.216
Subtotal - Debêntures	1.381.985	2.465.226	-	130.729	122.394	1.233.887	978.216
 Passivo de arrendamento	368	368	23	105	113	127	-
 Fornecedores	666.345	666.345	265.838	400.507	-	-	-
Fornecedores - risco sacado	56.149	56.149	47.866	8.283	-	-	-
Subtotal - Fornecedores	722.494	722.494	313.704	408.790	-	-	-
Total	4.828.325	7.618.197	388.164	884.172	947.274	2.616.332	2.782.255

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas nº 13 – Empréstimos e financiamentos e nº 14 – Debêntures, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela Diretoria Financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido, não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas.

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos a diante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco.

Geralmente, a Companhia busca aplicar *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade no resultado.

d) Risco de taxa de câmbio

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Determinados passivos financeiros estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. Em 31 de dezembro de 2025 a exposição ao câmbio é de 16,9% (22,5% em 31 de dezembro de 2024), de sua dívida (respectivo a empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira).

A Companhia monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possui uma dívida em moeda estrangeira, e possui *swap* para proteção contra as oscilações de câmbio, conforme nota explicativa nº 25.4 – Instrumentos financeiros derivativos.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2025 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

			Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros ou variação cambial				
			Impacto no resultado				
Operação	Risco	Saldo em R\$ mil (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V-50%
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	USD	(693.339)	(750.067)	(937.584)	(1.125.101)	(562.550)	(375.033)
Impacto no resultado do exercício			56.728	(187.517)	(375.034)	187.517	375.034
Swap - Ponta Ativa	USD	704.733	762.393	952.991	1.143.590	571.795	381.196
Swap - Ponta Ativa (Curva)	USD	693.339	750.067	937.584	1.125.101	562.550	375.033
Impacto em outros resultados abrangentes			932	3.081	6.163	(3.081)	(6.163)
Impacto no resultado no exercício			56.728	187.517	375.034	(187.517)	(375.034)
Impacto líquido no resultado do exercício total			-	-	-	-	-
Referência para ativos e passivos financeiros		Taxa projetada	Taxa em 31/12/2025	+25%	+50%	-25%	-50%
Dólar US\$/R\$ (% 12 meses)		5,95	5,50	7,44	8,93	4,46	2,98
Fonte: B3							

Fonte: B3

e) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2025 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Operação			Risco do fluxo de caixa associado à taxa de juros					
			Impacto no resultado					
			Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%	
Ativos Financeiros								
Aplicações financeiras	CDI	547.169	622.788	641.693	660.597	603.883	584.979	
Impacto no resultado do exercício				18.905	37.809	(18.905)	(37.809)	
Passivos Financeiros								
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(1.496.087)	(1.702.846)	(1.754.536)	(1.806.226)	(1.651.156)	(1.599.466)	
	IPC							
	A	(1.957.550)	(2.030.175)	(2.048.331)	(2.066.488)	(2.012.019)	(1.993.862)	
Total de passivos financeiros		(3.453.637)	(3.733.021)	(3.802.867)	(3.872.714)	(3.663.175)	(3.593.328)	
	CDI		(206.759)	(51.690)	(103.380)	51.690	103.380	
	IPC							
	A		(72.625)	(18.156)	(36.313)	18.156	36.313	
Impacto no resultado do exercício				(69.846)	(139.693)	69.846	139.693	
Swap - Ponta Passiva		753.522	857.659	883.693	909.727	831.625	805.591	
Swap - Ponta Passiva (CURVA)		739.480	841.676	1.055.227	1.268.778	628.125	414.574	
Impacto no resultado (swap)			104.137	26.034	52.068	(26.034)	(52.068)	
Impacto em outros resultados abrangentes				485	970	(485)	(970)	
Impacto no resultado no exercício				25.549	51.098	(25.549)	(51.098)	
Impacto no resultado (swap)				216.632	433.265	(216.632)	(433.265)	
Impacto líquido no resultado do exercício total				(25.392)	(50.786)	25.392	50.786	
Referência para ativos e passivos financeiros			Taxa projetada	Taxa em 31/12/2025	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)			13,82%	14,32%	17,28%	20,73%	10,37%	6,91%
IPCA (% 12 meses)			3,71%	4,46%	4,64%	5,57%	2,78%	1,86%

Fonte: B3

Fonte: B3

f) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas.

A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas explicativas nº 13 – Empréstimos e financiamentos e nº 14 – Debêntures.

g) Risco de escassez de energia (Risco hidrológico)

O sistema de produção de energia elétrica do Brasil é um sistema hidro-termo-eólico de grande porte, com predominância de usinas hidrelétricas, o que o torna suscetível às variações nos reservatórios em função das chuvas. Um período prolongado de escassez de chuva, por exemplo, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Dessa maneira, com a finalidade de incentivar o uso racional da energia, o governo mediante Decreto nº 8.401/2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT - conta bandeiras) visando repassar mais adequadamente aos consumidores finais sinal de custo associado às condições de geração de eletricidade.

Conforme informações do Operador Nacional do Sistema (ONS), nos meses de outubro a dezembro de 2022 houve continuidade das chuvas observadas no País, comportamento esperado para o período tipicamente úmido. Em termos de armazenamentos equivalentes, todos os subsistemas do Sistema Interligado Nacional (SIN) finalizaram o ano com valores superiores aos de 2021. O ONS destacou que as melhores condições hoje observadas nos reservatórios das usinas hidrelétricas, aliadas aos demais recursos energéticos disponíveis no País, contribuirão para a garantia e segurança do atendimento nos próximos meses.

h) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os Processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do Setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Companhia justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador, conforme previsão em Procedimento de Regulação Tarifária (Submódulo 2.9 do Proret). A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para seu repasse às tarifas.

i) Risco ambiental

A Companhia baliza suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais.

Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais Stakeholders. O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos:

- Licenciamento Ambiental;
- Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação;
- Gestão de Resíduos, Educação e Conscientização Ambiental;
- Gestão de Requisitos Legais;
- Gestão de Recursos Hídricos; e
- Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

Dentro destes macroprocessos, fazemos gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações, Linhas e Redes de Distribuição de Energia. Também trabalhamos com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico.

Em nosso SGA, temos a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras, todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e

da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras.

Também visando reduzir impactos ambientais, utilizamos em nossas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade de árvores de grande porte.

25.6 Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

26 Demonstração dos fluxos de caixa

26.1 Transações que não afetam caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	Efeito não caixa
Atividades de investimento	
Transferências entre ativo financeiro e ativo contratual	880.402
Transferências entre ativo contratual e intangível	436.603
Reclassificação entre investimentos e intangível	19
Reclassificação entre ativo financeiro e investimentos	29
Adição de ativo contratual em contrapartida de fornecedor	41.378
Adição de ativo contratual em contrapartida de obrigações trabalhistas	87.349
Total atividades de investimento	1.445.780
Atividades de financiamento	
Capitalização de juros de empréstimos	7.093
Reconhecimento de passivo de arrendamento	34
Dividendos adicionais distribuídos 2024	318.887
Dividendos mínimos obrigatórios	139.966
Resultado de <i>hedge accounting</i>	61.448
Total atividades de financiamento	527.428
Total	1.973.208

26.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	2024	Fluxo de caixa	Pagamento de Juros	Novos arrendamentos	Mudança no valor justo	Outros (a)	2025
Empréstimos e financiamentos	2.899.527	(143.759)	(147.036)	-	-	114.747	2.723.479
Debêntures	1.661.429	(300.000)	(136.906)	-	-	157.462	1.381.985
Instrumentos financeiros derivativos	24.154	-	3.251	-	(61.448)	129.764	95.721
Passivos de arrendamento	568	(234)	(41)	34	-	41	368
Dividendos a pagar	132.608	(449.756)	-	-	-	458.853	141.705
Total	4.718.286	(893.749)	(280.732)	34	(61.448)	860.867	4.343.258

(a) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros e variações monetárias líquidas, capitalização de juros e resultado financeiro com operações de instrumentos derivativos.

27 Compromissos futuros

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	Vigência	2026	2027	2028	Após 2028*
Energia contratada (em R\$)	2026 a 2036	2.403.757	2.585.796	2.758.628	34.383.491
Energia contratada (em MhW)	2026 a 2036	9.762.441	10.036.391	10.320.539	106.964.980

(*) Estimado em 9 anos após 2028.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior
(Presidente)

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
(Vice-Presidente)

Alinez Martins Rabelo Costa

José Silva Sobral Neto

Frederico Pinto Eccard

Gustavo Loureiro Chagas

João Alberto da Silva Neto

Conselho Fiscal

Titulares

André Luiz Amaral dos Santos

Luiz Eduardo Marques Moreira

Saulo de Tarso Alves de Lara

Paulo Roberto Franceschi

Vanderlei Dominguez da Rosa

Suplentes

Tiago Pereira Malheiro

Rodrigo Ribacinko

Dorgival Soares da Silva

Moacir Gibur

Claudia Luciana Ceccatto de Trotta

Ricardo Bertucci

Comitê de Auditoria Estatutário

João Alberto da Silva Neto

Jorge Roberto Manoel

Tiago de Almeida Noel
(Coordenador)

Diretoria Executiva

Sérvio Túlio dos Santos
(Diretor Presidente)

Humberto Luis Queiroz Nogueira
(Diretor)

José Jorge Leite Soares
(Diretor)

André Luiz Barata Pessoa
(Diretor)

Agnelo Coelho Neto
(Diretor)

Tatiana Queiroga Vasques
(Diretora de Relação com Investidores)

Maurício Alvares da Silva Velloso Ferreira
(Diretor)

Cristiano de Lima Logrado
(Diretor)

Bruno Pinheiro Macedo Couto
Superintendente de Ativos e Contabilidade
Contador
CRC MA 011842/O-3

Relatório da Administração 2025

A Administração da Equatorial Maranhão, em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas demonstrações contábeis, com as respectivas notas explicativas e o Relatório dos auditores independentes, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. As informações não financeiras da Equatorial Maranhão, as relacionadas ao programa “Luz para Todos” (PLPT), assim como as expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia não foram examinadas pelos auditores independentes.

Destaques de 2025

- ▶ O **volume de energia medida** no ano cresceu 3,4% em relação a 2024, atingindo 9.059 GWh;
 - ▶ A **Receita Operacional Líquida** totalizou R\$ 5,7 bilhões em 2025, 13% de aumento em relação a R\$ 5,1 bilhões em 2024;
 - ▶ Os **investimentos** da Equatorial Maranhão somaram R\$ 1,240 bilhão em 2025, 8% acima dos investimentos realizados em 2024;
 - ▶ Os índices de **DEC** e **FEC** da Equatorial Maranhão ficaram dentro da meta regulatória, com o **DEC** apresentando redução de 13,4 para 13,2 horas entre 2024 e 2025, e o **FEC** em 6,0 vezes no mesmo período, 24% abaixo da meta regulatória;
 - ▶ **EBITDA** de R\$ 1.660 milhões e **Lucro Líquido** de R\$ 752 milhões.
-

Mensagem do Presidente

O ano de 2025 reafirmou a solidez e a capacidade de superação da Equatorial Maranhão. Mesmo em um cenário mais desafiador para o setor elétrico, mantivemos o foco na eficiência, na disciplina financeira e na qualidade do serviço prestado à população maranhense, avançando de forma consistente em nossos principais indicadores operacionais e econômico-financeiros.

Seguimos investindo de maneira robusta no sistema de distribuição, com aportes superiores a R\$ 1 bilhão, reforçando nosso compromisso com a modernização da rede, a segurança operacional e a confiabilidade do fornecimento de energia. Realizamos obras importantes em todas as regiões, fortalecendo a infraestrutura elétrica e criando as bases necessárias para o crescimento do Maranhão a longo prazo. Como resultado desses esforços, ampliamos nossa presença e alcançamos uma base de 2,85 milhões de clientes, o que representa um crescimento de 1,7% em relação a 2024. Além disso, o mercado consumidor apresentou expansão de 3,4%, refletindo um resultado positivo, mesmo em um cenário mais desafiador.

Um dos grandes destaques de 2025 foi o desempenho econômico-financeiro. O EBITDA, indicador que mede o potencial de geração de caixa operacional de uma empresa, registrou crescimento expressivo de 24%, demonstrando a eficiência dos nossos modelos de gestão, o amadurecimento das iniciativas implementadas nos últimos anos e a capacidade da Distribuidora de gerar resultados mesmo diante de pressões operacionais e de mercado. Mantivemos uma geração de caixa operacional líquida relevante, da ordem de R\$ 806,9 milhões, assegurando equilíbrio financeiro e suporte aos investimentos estratégicos. Nossos investimentos totais alcançaram R\$ 1,240 bilhão, superando em 8% o patamar do ano anterior e evidenciando nossa confiança no futuro do Maranhão e no papel transformador da energia elétrica.

Os avanços alcançados em 2025 são fruto do nosso empenho diário. Enfrentamos desafios importantes, mas soubemos transformá-los em oportunidades de evolução, fortalecendo nossos processos, aprimorando a gestão e mantendo o foco na excelência do serviço.

Encerramos 2025 com a convicção de que estamos no caminho certo. Seguiremos firmes, investindo, inovando e trabalhando para superar novos desafios, sempre comprometidos em levar desenvolvimento, qualidade e segurança no fornecimento de energia para todo o Maranhão. Agradecemos o apoio e confiança de nossos colaboradores, clientes, acionistas, fornecedores e parceiros. Juntos, continuaremos construindo uma história de crescimento e excelência em gestão.

Sérvio Túlio dos Santos
Diretor-Presidente

Cenário, Ambiente Econômico e Perspectivas no Maranhão

Ambiente econômico e perspectivas no estado do Maranhão



Quadro 1: Informações sobre o Maranhão

Maranhão	
Capital	São Luís
Área (km²)	329.651
Número de Municípios	217
População Estimada 2025	7.018.211
Cres. Estimado PIB MA	2,7%
Cres. Estimado PIB BR	2,5%
Rendimento mensal domiciliar per capita (2025)	R\$ 1.219,00
Densidade demográfica (hab/km²)	20,56

Em 2025, o Mercado Fio B (composto pela soma da energia faturada dos mercados cativo, livre, uso do sistema e da energia compensada de GD II e III) apresentou expansão de 3,0%. As classes Residencial, Comercial e Industrial, que em conjunto representam 80,0% do Mercado Fio B no Maranhão, contribuíram com incremento de 207 GWh no ano.

O município de São Luís, capital do estado, é o mais representativo na área de concessão da Equatorial Maranhão, concentrando 24% do total de clientes da distribuidora e respondendo por 32% do mercado de energia elétrica.

No setor industrial, as atividades com maior representatividade no mercado de energia elétrica são a fabricação de produtos alimentícios, a fabricação de produtos de minerais não metálicos, a extração de minerais metálicos, a fabricação de bebidas e a fabricação de produtos químicos. O agronegócio também possui papel relevante na área de concessão, com predominância nas regiões sul e sudoeste do estado, destacando-se os municípios de Balsas, Tasso Fragoso, Alto Parnaíba, Açailândia e Carolina como polos de produção de soja, milho e pecuária.

Ao longo de 2025, o Maranhão registrou chuvas abaixo da média histórica, resultando em um cenário de seca mais intensa que se estendeu até o final do ano, especialmente nas regiões do interior e sul do estado. No campo econômico, o avanço da atividade produtiva, impulsionado pelos setores industrial, de serviços e agropecuário, aliado à melhora das condições do mercado de trabalho e da renda, contribuiu para sustentar o crescimento do consumo de energia elétrica no período.

Dados Operacionais de Mercado

Dados Operacionais		2024	2025	Var.
	Medida	MA	MA	25 vs 24
Energia Injetada SIN	GWh	9.935	10.101	1,7%
Sistema isolado	GWh	2	2	24,8%
Energia injetada pela Geração Distribuída	GWh	738	998	35,3%
Energia Injetada Bruta Total	GWh	10.674	11.101	4,0%
<i>Variação Injetada Bruta Total (%)</i>	%		4,0%	
Residencial - convencional	GWh	2.965	2.995	1,0%
Residencial - baixa renda	GWh	1.776	1.800	1,4%
Industrial	GWh	129	102	-21,0%
Comercial	GWh	601	535	-11,1%
Outros	GWh	1.633	1.642	0,5%
Consumidores Cativos	GWh	7.104	7.073	-0,4%
Industrial	GWh	452	492	9,0%
Comercial	GWh	555	625	12,6%
Outros	GWh	37	54	46,3%
Consumidores livres	GWh	1.043	1.171	12,2%
Energia de Conexão - outras Distribuidoras	GWh	10	18	89,5%
Energia Faturada	GWh	8.157	8.262	1,3%
<i>Variação Faturada (%)</i>	%		1,3%	
SCEE - GDII + GD IIII	GWh	155	299	92,6%
Mercado Fio B	GWh	8.312	8.561	3,0%
Fluxo Passante	GWh	5	21	294,5%
Energia Medida Total + Fluxo Passante	GWh	8.671	8.971	3,5%
<i>Variação Energia Medida Total + Fluxo Passante (%)</i>	%		3,5%	
Número de Consumidores	MIL	2.806	2.854	1,7%
<i>Variação Número de Consumidores (%)</i>	%		1,7%	
Perdas totais	GWh	2.003	2.130	6,3%

Número de consumidores - Em dezembro de 2025, o número de consumidores da Equatorial Maranhão teve um crescimento de 1,7% (+ 48,3 mil consumidores) em relação ao mesmo período do ano anterior. O crescimento foi impulsionado para classe Residencial que sozinha apresentou um crescimento de 47,6 mil consumidores (+1,8%).

Consumidores	2025	2024	2023	2022	2021
Residencial	2.629.363	2.581.731	2.515.711	2.454.954	2.327.284
Industrial	2.907	2.935	2.804	2.575	6.468
Comercial	63.064	62.306	60.514	58.956	125.803
Outros	158.897	158.990	159.681	159.949	169.898
Total	2.854.231	2.805.962	2.738.710	2.676.434	2.629.453
Variação	1,72%	2,50%	2,30%	1,80%	1,30%

Em relação ao Residencial Baixa Renda observou-se uma redução de -3,4%, impulsionada pelas recentes alterações nas políticas públicas federais voltadas à Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), no âmbito do programa social conhecido como “Luz do Povo”.

Desde julho de 2025, tem-se verificado uma atualização e cruzamento mais rigoroso das bases de dados do Governo Federal, especialmente do Cadastro Único (CadÚnico) e dos registros vinculados ao recebimento do Bolsa Família. Essas ações resultaram em revisões cadastrais e na exclusão de famílias que não atendem mais aos critérios de elegibilidade, refletindo diretamente na base de consumidores enquadrados como baixa renda na distribuidora, houve uma redução de -6,7% de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família no Maranhão em dezembro de 2025 quando comparado a dezembro de 2024.

Com a nova legislação, famílias inscritas no CadÚnico, com renda familiar per capita de até meio salário-mínimo, passaram a ter isenção do pagamento da energia elétrica para consumo mensal de até 80 kWh. Nesses casos, permanece apenas a cobrança de encargos não relacionados ao fornecimento de energia, como a Contribuição de Iluminação Pública (CIP) e o ICMS, conforme a legislação estadual aplicável.

Ademais, outras duas classes que se destacaram no crescimento foram as classes Serviço Público e Comercial, com crescimentos de 10,9% (983 consumidores) e 1,2% (758 consumidores), respectivamente.

Mercado Fio B - No período de janeiro a dezembro de 2025, o Mercado Fio B (composto pela soma da energia faturada dos mercados cativo, livre, uso do sistema e da energia compensada de GD II e III) apresentou expansão de 3,0%, totalizando 8.561 GWh, ante 8.312 GWh no ano anterior. O melhor desempenho foi observado na classe Residencial, com crescimento de 3,7% (178 GWh), seguida pela classe Poder Público, que avançou 4,3% (26 GWh). Destaca-se também as classes Industrial e Comercial, com crescimento anual de 2,5% (14,4 GWh) e 1,2% (14,3 GWh), respectivamente.

Mercado Atendido - MWh			* Histórico				
	2025	2024	2024	2023	2022	2021	2020
Residencial	4.795.670	4.741.695	5.124.854	4.628.805	4.089.972	3.736.763	3.569.637
Industrial	593.644	580.106	592.566	590.917	560.253	559.191	521.754
Comercial	1.160.002	1.156.275	1.330.990	1.242.805	1.167.241	1.276.533	1.184.079
Outros	1.694.435	1.669.439	1.704.578	1.611.559	1.526.437	1.436.472	1.371.409
Suprimentos p/ agentes de distribuição	18.398	9.709	9.709	11.884	6.991	6.971	6.598
SCEE - GDII + GD IIII	298.604	155.048					
Total	8.560.753	8.312.271	8.762.697	8.085.970	7.350.894	7.015.930	6.653.477
Variação	3,0%		8,40%	10,00%	4,80%	5,40%	3,40%

***Histórico** – Apresentamos acima o histórico de Mercado Atendido disponibilizado no último relatório, que até então era acompanhado com base na energia consumida. Com a promulgação da Lei nº 14.300/2022, posteriormente regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº 1.059/2023, passou a ser permitido o faturamento da energia compensada para unidades consumidoras participantes do Sistema de Compensação de Energia Elétrica enquadradas nas modalidades de Geração Distribuída - GD 2 e 3. Diante dessa mudança regulatória, a energia faturada deixou de refletir integralmente o mercado que gera receita para a distribuidora.

Por esse motivo, passaremos a acompanhar como Mercado Atendido o indicador de Mercado Fio B, que representa de forma mais adequada o uso da infraestrutura de distribuição e o mercado efetivamente atendido pela rede da distribuidora, incorporando os efeitos da compensação de energia associados à GD.

Balanco energético

Comportamento do balanço - As perdas totais de energia elétrica na distribuição correspondem à diferença entre a energia injetada bruta, e a soma da energia medida, da energia de conexão com outras distribuidoras e do fluxo passante.

Nesse sentido, em 2025, houve crescimento de 4,0% na energia injetada bruta e de 3,3% na soma da energia medida, da energia de conexão com outras distribuidoras e do fluxo passante. As perdas totais de energia elétrica na Equatorial Maranhão apresentaram aumento de 6,3% em relação ao ano anterior, totalizando 2.130 GWh em 2025.

4.3 Balanço energético (MWh)	2024	2025	Var.
Maranhão			
Sistema interligado	9.936.274	10.103.033	1,7%
Energia injetada pela Geração Distribuída	737.827	998.086	35,3%
Energia injetada bruta	10.674.101	11.101.119	4,0%
Energia medida	8.655.650	8.930.803	3,2%
Energia de conexão com outras distribuidoras	9.709	18.545	91,0%
Energia de fluxo passante	5.445	21.480	294,5%
Perdas totais	2.003.297	2.130.291	6,3%

É importante mencionar que estamos utilizando os critérios de perdas conforme estabelecido na Consulta Pública 09/2024 da Aneel, que passou a considerar o mercado medido como referência para o cálculo das perdas.

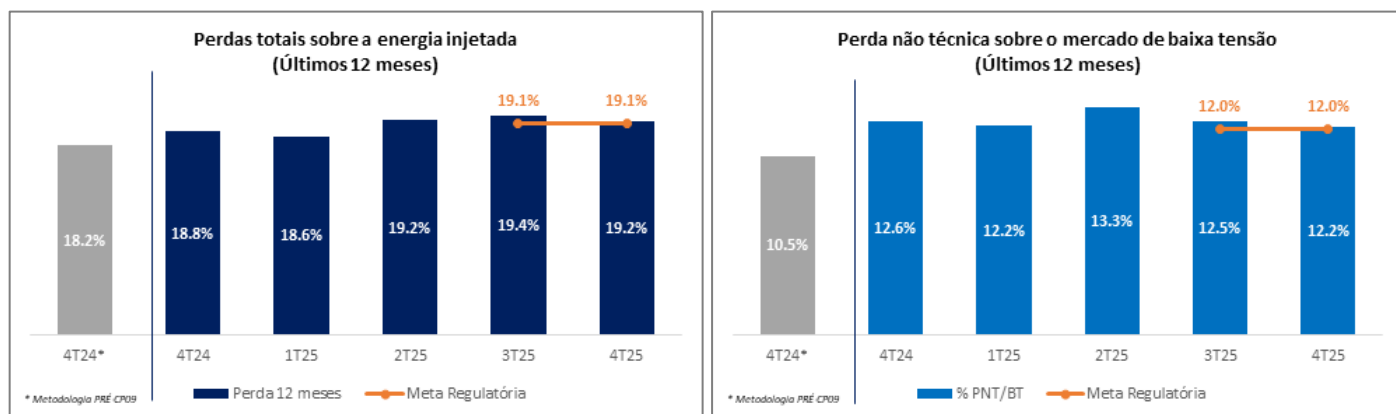
Gestão dos Negócios

Combate às perdas

O **Despacho Aneel nº 684/2025** introduziu uma nova metodologia para o cálculo da energia requerida e das perdas não técnicas, incorporando os efeitos da micro e minigeração distribuída (MMGD) por meio do conceito de “**mercado de fornecimento medido**”, que representa o consumo real dos usuários e inclui também a energia injetada pelos sistemas de MMGD na carga total, como a mudança passa a valer a partir dos processos tarifários de 2025, o **Grupo Equatorial** atualizou suas informações de perdas desde o **4T24**, alinhando-se antecipadamente às novas diretrizes regulatórias.

Em 2025, a energia elétrica requerida pelo sistema da Equatorial Maranhão atingiu 11.101 GWh, representando um crescimento de 4,3% em relação a 2024. O volume de energia medida totalizou 8.971 GWh, aumento de 3,5% em relação a 2024.

Como resultado, as perdas de energia registradas pela Companhia somaram 2.130 GWh no ano, equivalentes a 19,2% da energia requerida. Esse desempenho implicou elevação de 0,4 p.p. no índice de perdas frente ao encerramento de 2024.



O ano de 2025 foi marcado por grandes desafios, motivando a Equatorial Maranhão a aprimorar processos e desenvolver novas estratégias para alcançar patamares superiores aos dos anos anteriores. As variações abruptas de temperatura registradas ao longo do período exigiram maior esforço técnico e operacional para preservar a estabilidade do sistema e assegurar o atendimento aos clientes, tornando também mais complexas as ações de combate às perdas.

Embora o comparativo entre o 4T24 e o 4T25 indique um aumento nas perdas globais, o pico observado no 3T25 foi seguido por uma trajetória consistente de redução, refletindo o efeito das medidas implementadas ao longo do ano. Já em relação à perda não técnica no mercado de baixa tensão, observou-se uma redução entre o 4T24 e o 4T25, sinalizando avanço importante nesse segmento. Como resultado, a distribuidora segue **aproximando-se do indicador regulatório de perdas**, demonstrando evolução contínua e reforçando o compromisso com a eficiência operacional e com a melhoria de seus indicadores.

A seguir apresentamos o resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas neste ano:

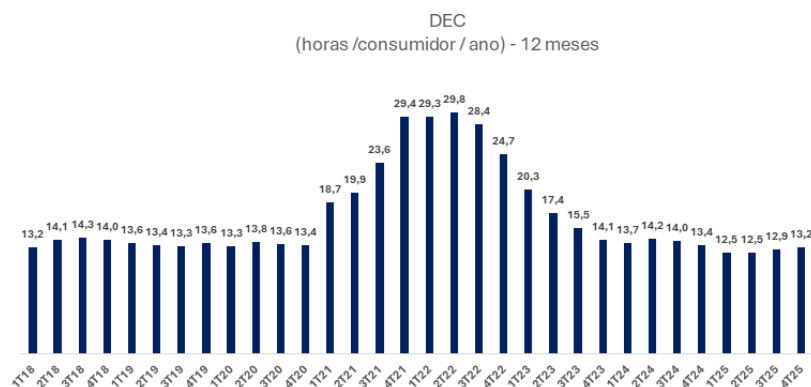
- Regularização de 2,6 mil clientes em área de gambiarra, sendo necessária a realização de extensões de redes de média e baixa tensão;
- Inspeção de 2,8 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão;
- Recadastramento do parque de Iluminação Pública de 23 municípios;
- Inspeção de 164,13 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão;
- Regularização de 14,2 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia;

- Regularização de 5,05 mil clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular;
- Identificação e regularização de 47,4 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT;
- Crescimento de 1,5 mil medições fiscais em transformadores de distribuição, voltado apenas para crescimento vegetativo do parque já existente.

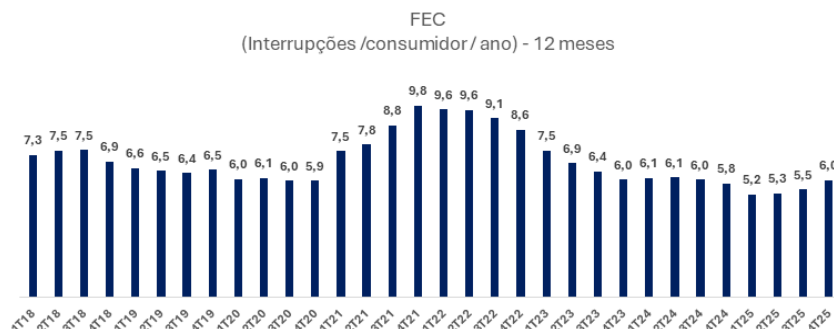
Hoje a Equatorial Maranhão possui 14,1 mil transformadores monitorados para fins de balanço energético, que correspondendo a 59,8% do seu mercado de baixa tensão, permitindo um direcionamento mais assertivo das suas operações.

DEC e FEC

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) utiliza alguns índices para a verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor ao ano) e FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor ao ano).



Em 2025 novamente foram atendidas as metas regulatórias dos indicadores DEC e FEC. Os resultados do DEC foram melhores em todos os trimestres de 2025 em relação aos mesmos períodos de 2024, o que os permitiu entregarmos o melhor DEC anual histórico da Equatorial Maranhão. Ainda, a melhoria do indicador DEC foi conciliada com o atingimento de resultados estratégicos importantes, como o combate a inadimplência, de forma a ajudar no atingimento da maior Arrecadação de nossa história. Já o FEC realizado ficou 24% abaixo do limite regulatório, demonstrando a estabilidade do indicador e maturidade do processo de Manutenção. Outro destaque do ano foi a implantação com sucesso do novo sistema operacional ADMS, fruto de parceria com a empresa Schneider Eletric – player mundial em tecnologia de energia, permitindo que a Equatorial Maranhão utilize um sistema de última geração, preparado para a suportar às redes inteligentes e os novos desafios do setor elétrico. Em 2026 nosso compromisso é continuar entregando a melhoria nos indicadores de continuidade, aliada a redução de OPEX. Utilizaremos fortemente a inteligência artificial na busca de oportunidades e na melhoria dos processos, possibilitando - mesmo com redução de custos, os ganhos em escala necessários para a operação saudável de uma concessão que projeta alcançar os 3 milhões de clientes em 2026.



Programa Luz Para Todos

Programa Luz Para Todos – Rural Convencional

Lançado em 2004 pelo Governo Federal, o “Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos” (PLPT) tem como objetivo levar energia elétrica para a população do meio rural, de modo a estimular o desenvolvimento socioeconômico destas regiões que, geralmente, apresentam baixo desempenho no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

A Equatorial Maranhão tem o papel de agente executor do Programa no Estado. O Maranhão está inserido entre os maiores programas do país, representando mais de 10% do volume de ligações executadas pelo Programa Luz para Todos no Brasil em 2025. Para atingir suas metas, a Companhia estruturou sólidas parcerias comerciais com contratação de mão-de-obra terceirizada, que envolveu cerca de 36 equipes de construção.

Investimentos no Programa Luz Para Todos – Rural Convencional

Ao final de 2025, a Equatorial Maranhão alcançou a marca histórica 378.127 clientes ligados à rede de distribuição de energia elétrica através do Programa Luz para Todos, gerando um benefício direto para aproximadamente 1,88 milhões de habitantes. O Programa já está presente em 100% dos 217 municípios maranhenses, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas dos aglomerados rurais e para a geração de renda nestas localidades. Durante o 4T25, o investimento direto no Programa Luz para Todos, que inclui gastos com materiais e serviços de terceiros, foi de R\$ 35 milhões e no ano de 2025 R\$ 47 milhões.

Programa Luz Para Todos – Rural Remoto

Lançado em 2020 pelo Governo Federal, o “Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica na Amazônia Legal - Mais Luz para a Amazônia” (MLA), foi criado com o objetivo de promover o acesso à energia elétrica para a população brasileira localizada nas regiões remotas dos estados da Amazônia Legal, visando o desenvolvimento social e econômico destas comunidades, em 2023 o houve relançamento do programa e renomeado como Programa Luz para Todos Rural Remoto.

Investimentos no Programa Luz Para Todos

Ao final de 2025, a Equatorial Maranhão alcançou a marca de 3.469 clientes ligados por sistemas de geração remota por meio do Programa, gerando um benefício direto para aproximadamente 10.407 mil habitantes. O Programa já está presente em 61 dos 217 municípios maranhenses, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas dos aglomerados rurais e para a geração de renda nestas localidades. Durante o 4T25, o investimento direto no MLA, que inclui gastos com materiais e serviços de terceiros, foi de R\$ 10 milhões e no ano R\$ 42 milhões.

Assuntos Regulatórios

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) através da Resolução Homologatória nº 3.512/2025 homologou a Revisão Tarifária Periódica - RTP de 2025 da Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. (“Equatorial Maranhão”) com definição das tarifas para o período de 28 de agosto de 2025 a 27 de agosto de 2026, com um reajuste de 17,9% (dezessete vírgula noventa por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

Relatório de Ações Sociais do Grupo Equatorial

O Programa **Jornada de Segurança** expandiu sua atuação para além das operações, com investimento de R\$ 3,4 milhões na manutenção e aprimoramento das iniciativas, contribuindo para a cultura de prevenção e a proteção da população.

Entre as principais ações realizadas estão:

- 20.675 inspeções estáticas (nas bases);
- 33.534 inspeções dinâmicas (blitz em campo);
- Mais de 15.007 diálogos de segurança com as equipes;
- 25 workshops de segurança com fornecedores âncoras e não âncoras;
- Implementação de monitoramento por QR Code, garantindo o histórico de informações de colaboradores e empresas.

Como resultado dessas iniciativas, os acidentes envolvendo a população apresentaram redução em relação a 2024. Os acidentes graves caíram de 48 para 21 ocorrências, os leves diminuíram de 45 para 40 casos, e os fatais passaram de 90 para 89. Já os casos envolvendo apenas danos materiais aumentaram de 3 para 7 registros.

Iniciado em 2024, o Programa de Voluntariado corporativo do Grupo Equatorial avançou em 2025 em seu processo de consolidação, com foco no fortalecimento do engajamento dos colaboradores. Ao longo do período, o E+ Energia Voluntária mobilizou mais de 2.000 participantes, alcançando 55% de participação ativa em ações sociais. A iniciativa é apoiada por uma plataforma dedicada que permite aos colaboradores propor e liderar projetos, estimulando o protagonismo social e ampliando o impacto positivo junto às comunidades.

Em paralelo, 2025 marcou a consolidação do Instituto Equatorial como a estrutura responsável por organizar e potencializar o investimento social privado do Grupo. Presente nos sete estados de atuação do Grupo, o Instituto já impacta diretamente mais de 120 mil pessoas, evidenciando a expansão consistente do alcance social. Esse amadurecimento institucional também se refletiu em reconhecimento externo: o Instituto conquistou o primeiro lugar no Prêmio Ser Humano, promovido pela ABRH-MA, na categoria ESG, com o case “Diálogo Equatorial: integrando inteligência social no fortalecimento de laços sociais”, resultado obtido com menos de um ano de atuação.

A estratégia que sustenta esses avanços parte da compreensão de que a transformação social se constrói de forma colaborativa, a partir da escuta qualificada e do reconhecimento do protagonismo das comunidades. Nesse contexto, o Instituto conduziu uma revisão estratégica estruturada, com apoio de consultoria especializada em terceiro setor e investimento social privado, que resultou na atualização de sua missão, valores e direcionadores de atuação. Organizada em eixos complementares de articulação institucional, comunicação e investimento social para o desenvolvimento comunitário, a atuação do Instituto ocorre de forma integrada às áreas corporativas, evitando sobreposição de iniciativas e, externamente, por meio do fortalecimento de parcerias que ampliam a capilaridade e a efetividade das ações.

Em 2025, o Grupo Equatorial também apresentou avanços consistentes e estruturados em sua estratégia climática e em sua agenda de sustentabilidade e gestão corporativa. O Grupo Equatorial manteve a **score B** no CDP Mudanças Climáticas e, pela primeira vez, realizou o reporte ao CDP Segurança Hídrica, alcançando a **score C**, resultados que evidenciam a evolução da gestão de riscos e impactos ambientais, o fortalecimento das práticas de governança e o maior engajamento da cadeia de valor nos temas climáticos e hídricos. Em linha com esse movimento, o Grupo passou a ocupar a **22ª posição no ISE Bovespa** (Índice de Sustentabilidade Empresarial), reforçando a consistência de sua trajetória de amadurecimento em práticas ESG e a integração crescente da sustentabilidade à estratégia do negócio.

Esse conjunto de avanços também se refletiu na atuação do Grupo na COP 30, que foi resultado de um planejamento técnico integrado e antecipado, mobilizando desde a alta liderança até as equipes operacionais, com foco na segurança e na confiabilidade do sistema elétrico. O Grupo investiu cerca de R\$ 95 milhões na preparação da infraestrutura em Belém (PA) e região, estruturando planos de contingência, medidas de segurança física e cibernética e ações de conscientização interna. Durante o evento, o sistema operou sem intercorrências, com todas as demandas atendidas.

Paralelamente, o Grupo contribuiu tecnicamente para a agenda de transição energética no Pará, com destaque para a desativação de 19 usinas térmicas a diesel e o planejamento de retirada de outras 11, deixando como legado melhorias estruturais que ampliam a confiabilidade, a resiliência da rede e a qualidade do serviço prestado à população.

Plataforma E+

A plataforma E+ integra todos os projetos sociais do Grupo Equatorial, com focos e iniciativas distintos. A pluralidade de temas permite ao Grupo promover simultaneamente diferentes eixos de atuação: comunidade, meio ambiente, eficiência energética e desenvolvimento socioeconômico.

E+ Reciclagem

O projeto E+ Reciclagem recebeu mais de três mil e setecentos toneladas de resíduos em 2025. A distribuidora mantém dez postos distribuídos em quatro municípios, sendo: 5 em São Luís, 3 em Imperatriz, um posto em Timon e um posto em Caxias. Os resíduos arrecadados proporcionaram a economia de mais de 17 mil MWh de energia, evitaram a emissão de mais de 13 mil toneladas de CO₂ e preservaram o equivalente a mais de 38 mil árvores, reforçando o compromisso da distribuidora com a sustentabilidade.

E+ Educação

Uma das principais estratégias de atuação social, o projeto E+ Educação desenvolve ações nos municípios pertencentes à concessão. Em 2025, foram realizadas 600 palestras educacionais em 60 municípios, impactando mais de 25 mil pessoas com orientações sobre o caminho da energia, consumo consciente e segurança, fortalecendo a conscientização e o uso responsável da energia elétrica.

E+ Comunidade

O projeto enquadra-se na Tipologia Baixa Renda, conforme diretrizes do Programa de Eficiência Energética – PROPEE/ANEEL, e tem por objetivo promover a inclusão e a disseminação da eficiência energética em comunidades de baixa renda localizadas na área de concessão. Ao longo do ano, foram substituídos 2.570 refrigeradores ineficientes, realizadas mais de 28 mil trocas de lâmpadas fluorescentes e incandescentes por modelos LED com Selo PROCEL e efetuada a substituição de 500 ventiladores. As ações resultaram em uma economia estimada de 1.614,29 MWh/ano, além de contribuir para a conscientização das famílias sobre consumo responsável e uso eficiente da energia elétrica.

Desempenho Econômico-Financeiro

Receita líquida

Em relação à Receita Líquida, o total registrado no ano foi de R\$ 5,7 bilhões (excluída a receita de construção), 13% de crescimento em relação ao mesmo período do ano anterior.

Custos e despesas operacionais

No ano de 2025, o total de custos e despesas operacionais, excluindo custo de construção, depreciação e amortização foi de R\$ 4,1 bilhões, crescimento de 9% na comparação com 2024.

EBITDA

Em 2025, o EBITDA Societário atingiu R\$ 1,7 bilhão, sendo 24% acima dos R\$ 1,3 bilhão registrados no ano anterior.

Resultado financeiro

Em 2025, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 391 milhões, contra R\$ 219 milhões negativos reportados em 2024, como efeito do aumento da receita financeira e despesas com dívida.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Na Equatorial Maranhão, o cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) a pagar é positivamente impactado pelo seguinte fator: (i) o incentivo fiscal de redução de 75% no IRPJ, concedido em razão do benefício de modernização total aprovado pela SUDENE, com validade até 2032. Ressalta-se que esse benefício se aplica exclusivamente ao IRPJ.

Em 2025, o imposto IRPJ e CSLL Correntes totalizaram R\$ 343 milhões. Considerando a utilização do incentivo fiscal de redução de 75% do IRPJ calculado sobre o lucro da exploração de R\$ 162 milhões.

Lucro líquido

Em 2025, a Equatorial Maranhão apurou Lucro Líquido (LL) de R\$ 752 milhões, ante R\$ 741 milhões registrados no ano anterior.

Endividamento

No fechamento de 2025, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu o montante de R\$ 4.105 milhões. As dívidas da Equatorial Maranhão mantêm um perfil equilibrado de vencimentos e custos, especialmente se lembrarmos que a Companhia encerrou o ano com R\$ 583 milhões em disponibilidades que contribui para uma dívida líquida, considerando ainda os ativos regulatórios líquidos, de R\$ 3.594 milhões, representando 2,2 vezes o EBITDA acumulado dos últimos 12 meses.

Investimentos

ADIÇÃO POR TIPO DE INVESTIMENTO	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
MANUTENÇÃO DE REDE	72	83	73	74	97	79	74	83	97	199	234	279	289
EXPANSÃO E MELHORIA DA REDE	193	184	217	363	213	174	225	380	357	596	616	691	724
EQUIPAMENTOS E SISTEMAS	26	39	45	40	38	33	23	27	24	65	83	88	94
OUTROS INVESTIMENTOS	4	10	5	8	9	11	6	5	30	19	85	49	27
TOTAL	295	316	340	485	357	297	328	495	508	879	1.018	1.106	1.134
PLPT - PROGRAMA LUZ PARA TODOS	29	72	76	121	68	81	81	64	36	74	27	40	105
TOTAL	324	388	416	606	425	378	409	559	544	953	1.045	1.146	1.240

Investimentos próprios

Os investimentos da Equatorial Maranhão, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT e MLA, totalizaram R\$ 1,134 bilhão em 2025, crescimento de 3% em relação a 2024. Tais investimentos são principalmente focados em expansão da capacidade de transformação da rede de distribuição, tendo em vista o contínuo crescimento na demanda de energia do Estado.

Diversidade e inclusão

Ao longo de 2025, foram promovidas ações focadas em diversidade, desenvolvimento de talentos e valorização de profissionais formados internamente.

Entre as iniciativas de destaque está a Escola de Eletricistas, que capacita profissionais para o setor e apoia a estratégia de primarização. No ano, formamos 330 pessoas, com 90% de aproveitamento nas turmas. Desses participantes, 65 foram inseridos no mercado de trabalho.

O Grupo Equatorial também avançou na incorporação da pauta de diversidade ao processo de atração e seleção. Foram realizadas capacitações voltadas a recrutadores e lideranças, abordando diversidade e vieses inconscientes e práticas de entrevistas por competência, além de reforçar o papel dos gestores como agentes da marca empregadora e promotores de processos seletivos mais justos e consistentes.

A padronização de critérios, testes e roteiros de entrevista busca ampliar a equidade nas decisões e reduzir subjetividades ao longo do processo. As consultorias parceiras também passaram a ser acompanhadas de forma mais estruturada, assegurando alinhamento às diretrizes institucionais da Companhia.

Como compromisso com a equidade, detalhamos a seguir a quantidade e proporção de mulheres entre nossos colaboradores.

Como compromisso com a equidade, detalhamos a seguir a quantidade de mulheres e proporção de remuneração entre nossos colaboradores.

Mulheres empregadas por níveis hierárquicos no Brasil				
Nível Hierárquico	Em 31 de dezembro de 2024		Em 31 de dezembro de 2025	
	Total	% Mulheres	Total	% Mulheres
Conselho	5	20,00	5	20,00
Alta Liderança	29	20,69	30	20,00
Média Liderança	70	31,43	74	33,78
Equipe	1.672	34,45	1.698	35,22
Total	1.776	34,07	1.807	34,86

Proporção da remuneração total entre gêneros no Brasil por nível hierárquico		
Nível Hierárquico	Remuneração Média - 2024	Remuneração Média - 2025
Conselho	1,13	2,00
Alta Liderança	0,69	0,96
Média Liderança	0,97	0,97
Equipe	0,85	0,84
Total	0,81	0,75

As informações das tabelas consideram a quantidade de pessoas em cada nível hierárquico que sejam remuneradas na respectiva Companhia. Esclarecemos que há membros da administração da Companhia que são remuneradas por outra(s) companhia(s) do Grupo Equatorial, conforme devidamente informado no Formulário de Referência da Companhia.

Na Tabela – Mulheres empregadas por níveis hierárquicos no Brasil: A tabela estratifica o efetivo nos níveis de hierarquia definidos – Base dezembro de cada ano; A coluna “Total” contém o efetivo completo (mulheres e homens). A coluna “% Mulheres” mostra a proporção de mulheres em relação ao total. Na Tabela – Proporção da remuneração total entre gêneros no Brasil por nível hierárquico: A tabela mostra a proporção da remuneração média anual das mulheres em relação à remuneração dos homens, considerando o nível hierárquico.

Em 2025, a Equatorial permaneceu na carteira do IDIVERSA B3, primeiro índice da América Latina a incorporar critérios de gênero e raça na seleção das empresas participantes. O índice busca acompanhar o desempenho médio das ações de companhias listadas que se destacam em diversidade, com base no Score de Diversidade desenvolvido pela B3. A presença contínua da Equatorial no IDIVERSA B3 reforça seu compromisso com a promoção da igualdade de gênero e étnico-racial no ambiente de trabalho e reconhece a diversidade como um elemento estratégico para o fortalecimento do desempenho corporativo e para o desenvolvimento sustentável.

Relacionamento com auditores externos

Em atendimento ao inciso V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da Companhia Srs. Sérgio Túlio dos Santos (Diretor Presidente), Humberto Luis Queiroz Nogueira, José Jorge Leite Soares, Cristiano de Lima Logrado, Agnelo Coelho Neto, Tatiana Queiroga Vasques (Diretora de Relações com Investidores), Maurício Alvares da Silva Velloso Ferreira e André Luiz Barata Pessoa, declaram que (i) revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; e (ii) revisaram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no relatório emitido em 25 de março de 2026 pela Ernst & Young Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, com relação às Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

Por fim, durante o exercício de 2025, a Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., auditor independente da Companhia, prestou outros serviços além da auditoria das demonstrações contábeis e da revisão de informações intermediárias, tais como: revisão da tradução das demonstrações financeiras para o inglês; emissão de relatório de asseguração limitada sobre covenants; auditoria de demonstrações regulatórias; asseguração limitada sobre outras contas a receber; asseguração limitada sobre indicadores de sustentabilidade; diagnóstico de aderência às normas relacionadas à sustentabilidade; emissão de laudo de avaliação de patrimônio líquido contábil; e procedimentos previamente acordados sobre relatório de controle patrimonial.

A política de contratação adotada pela Companhia observa a regulamentação aplicável e assegura a independência do auditor, conforme previsto na Instrução CVM nº 381/03, conforme alterada pela Resolução CVM nº 162/2022, especialmente no que se refere à vedação de que o auditor audite o próprio trabalho, exerça funções gerenciais na Companhia ou atue na promoção de seus interesses.

As seguintes informações constantes deste Relatório da Administração não foram revisadas pelos auditores independentes: (i) dados operacionais; (ii) informações financeiras pro forma e suas comparações com resultados societários; e (iii) expectativas da administração quanto ao desempenho futuro da Companhia.

Diretoria Executiva

Sérvio Túlio dos Santos
(Diretor Presidente)

Tatiana Queiroga Vasques
(Diretora de Relação com Investidores)

Humberto Luis Queiroz Nogueira
(Diretor)

José Jorge Leite Soares
(Diretor)

André Luiz Barata Pessoa
(Diretor)

Agnelo Coelho Neto
(Diretor)

Maurício Alvares da Silva Velloso Ferreira
(Diretor)

Cristiano de Lima Logrado
(Diretor)

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior
(Presidente)

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
(Vice-Presidente)

Alinez Martins Rabelo Costa

José Silva Sobral Neto

Frederico Pinto Eccard

João Alberto da Silva Neto

Gustavo Loureiro Chagas

Parecer do conselho fiscal

O Conselho Fiscal da Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, em reunião realizada nos dias 20 e 25 de março de 2026, por meio de videoconferência, examinou as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas de suas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes, do parecer do Comitê de Auditoria Estatutário ("Comitê"), do relatório do Comitê, do relatório da administração e as contas dos administradores, e a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Com base nos exames efetuados e considerando o relatório dos auditores independentes da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., sem ressalvas, de 25 de março de 2026, conclui, por unanimidade, que os referidos documentos refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia e que opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados e votados pela assembleia geral da Companhia.

São Luís/MA, 20 e 25 de março de 2026.

André Luiz Amaral dos Santos
Luiz Eduardo Marques Moreira
Saulo de Tarso Alves de Lara
Paulo Roberto Franceschi
Vanderlei Dominguez da Rosa

RELATÓRIO ANUAL 2025

Equatorial Maranhão Distribuidora
de Energia S.A.

Comitê de Auditoria Estatutário

1. Objetivo

O Comitê de Auditoria Estatutário da Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A (referida como “Equatorial Maranhão” ou “Companhia”) (“Comitê” e “CAE”), é regido pelo seu Regimento Interno, bem como pelas legislações e regulamentações aplicáveis - em especial, pela Resolução CVM n.º 23, de 25 de fevereiro de 2021, conforme alterada (“RCVM 23”). Em cumprimento a essas diretrizes, apresenta seu Relatório Anual Resumido, o qual sintetiza as ações e avaliações realizadas ao longo de 2025.

Este documento evidencia o compromisso do Comitê com a supervisão dos auditores independentes, além do monitoramento da integridade e a eficácia dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras e a adequação das práticas contábeis adotadas pela Companhia, por meio do acompanhamento da adequação dos serviços prestados pelas áreas de controles internos, de auditoria interna e pela área responsável pelas demonstrações financeiras.

O relatório, atende às disposições da RCVM 23 e do Regimento Interno da Companhia, registrando as atividades, e análises e recomendações do Comitê, com o objetivo de fomentar a continuidade das práticas de qualidade e integridade nas empresas que compõem o Grupo Equatorial.

2. Funcionamento e Composição do Comitê

O Comitê é um órgão colegiado e estatutário de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração. De caráter permanente, atua com autonomia e independência operacional, dispondo de orçamento próprio.

As decisões do Comitê possuem natureza consultiva, sendo apresentadas ao Conselho de Administração por meio de recomendações e informações. Tais decisões são encaminhadas trimestralmente, por meio de reportes realizados pelo Coordenador.

O Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia foi constituído em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2022. Desta forma, na Reunião do Conselho de Administração da Equatorial Maranhão realizada em 29 de dezembro de 2022, foi eleito, pela primeira vez, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, sendo eleitos os seguintes membros: (i) a Sra. Tania Sztamfater Chocolat, na qualidade de Coordenadora do Comitê; (ii) o Sr. João Alberto da Silva Neto, na qualidade de membro do Comitê; (iii) o Sr. Carlos Augusto Leone Piani, na qualidade de membro do Comitê.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de maio de 2023, o Conselho de Administração aprovou a eleição dos membros para integrarem o Comitê, com mandato até a primeira Reunião do Conselho de Administração que sobrevier à realização da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. Assim, nesta ocasião, foram eleitos para integrar o Comitê: (i) o Sr. Carlos Augusto Leone Piani, na qualidade de Coordenador do Comitê; (ii) o Sr. João Alberto da Silva Neto, na qualidade de membro do Comitê; (iii) o Sr. Eduardo Haiama, na qualidade de membro do Comitê; e (iv) a Sra. Tania Sztamfater Chocolat, na qualidade de membro do Comitê.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de setembro de 2023, o Conselho de Administração tomou conhecimento e registrou a renúncia da Sra. Tania Sztamfater Chocolat ao cargo de membro do Comitê, de modo que a composição do Comitê passou a ser: (i) Carlos Augusto Leone Piani, na qualidade de Coordenador do Comitê; (ii) João Alberto da Silva Neto, na qualidade de membro do Comitê; e (iii) Eduardo Haiama, na qualidade de membro do Comitê.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de outubro de 2023, o Conselho de Administração tomou conhecimento e registrou a renúncia do Sr. Eduardo Haiama ao cargo de membro do Comitê, e elegeu o Sr. Tiago de Almeida Noel, de modo que a composição do Comitê passou a ser: (i) Carlos Augusto Leone Piani, na qualidade de Coordenador do Comitê; (ii) João Alberto da Silva Neto, na qualidade de membro do Comitê; e (iii) Tiago de Almeida Noel, na qualidade de membro do Comitê.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de setembro de 2024, o Conselho de Administração: (a) tomou conhecimento da renúncia apresentada pelo Sr. Carlos Augusto Leone Piani ao cargo de membro e Coordenador do Comitê; (b) elegeu o Sr. Tiago de Almeida Noel como Coordenador do Comitê; e (c) elegeu o Sr. Jorge Roberto Manoel ao cargo de membro do Comitê, de modo que a atual composição do Comitê, com mandato até a primeira reunião do Conselho de Administração após Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas do exercício de 2024 é: (i) Tiago de Almeida Noel, como Coordenador do Comitê; (ii) João Alberto da Silva Neto, como membro do Comitê; e (iii) Jorge Roberto Manoel, como membro do Comitê.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de maio de 2025, o Conselho de Administração aprovou a eleição dos membros para integrarem o Comitê, com mandato até a primeira Reunião do Conselho de Administração que sobrevier à realização da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2026. Assim, nesta ocasião, foram eleitos para integrar o Comitê: (i) o Sr. Tiago de Almeida Noel, na qualidade de Coordenador do Comitê; (ii) João Alberto da Silva Neto, como membro do Comitê como membro do Comitê e conselheiro, com reconhecida experiência de contabilidade societária, nos termos do art. 31C, da RCMV 23; e (iii) Jorge Roberto Manoel, como membro do Comitê.

A composição do Comitê da Equatorial S.A. é refletida nas suas controladas, incluindo a Companhia (Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. (“Equatorial Maranhão”), Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. (“Equatorial Pará”), Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. (“Equatorial Goiás”) e Companhia Estadual de Distribuição De Energia Elétrica - CEEE-D (“CEEE-D”)) (conjuntamente referidas como “Controladas Equatorial”).

Tendo em vista a mesma composição nessas empresas e o disposto no Regimento Interno da Companhia, as reuniões são realizadas de forma unificada, com os itens de pauta discriminados de acordo com a empresa a que se aplicam.

Dessa forma, o CAE da Equatorial S.A. e Controladas Equatorial são compostos por três membros independentes, sendo um deles conselheiro independente da Equatorial S.A. e os demais membros externos, com mandatos vigentes até a reunião do Conselho de Administração posterior à Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovará as contas do exercício de 2026.

	TIAGO DE ALMEIDA NOEL • Coordenador do Comitê • Membro Externo Independente	
	JORGE ROBERTO MANOEL • Membro do Comitê • Membro Externo	
	JOÃO ALBERTO DA SILVA NETO • Membro do Comitê • Conselheiro Independente • Especialista Contábil	

3. Atividades Desenvolvidas

Nos termos do Regimento Interno do Comitê, as reuniões ordinárias do Comitê são realizadas, no mínimo, bimestralmente, de acordo com o calendário anual aprovado pelo Comitê, de forma que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação, e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação realizada pelo Coordenador, pelo Presidente do Conselho de Administração, ou por quaisquer 2 (dois) membros do Comitê ou do Conselho de Administração.

3.1. Reuniões e Participação

O Comitê seguiu um Plano de Trabalho definido previamente, reunindo-se 9 (nove) vezes durante o ano de 2024, em reuniões ordinárias.

Período	Principais Pautas
Janeiro/2025	• Reporte de denúncias do Canal Confidencial • Calendário de Atividades do CAE e participação nas AGOs do Grupo Equatorial • Avaliação da área de Auditoria Interna • Monitoramento periódico Transações com Partes Relacionadas
Março/2025	• Reporte trimestral a ser enviado ao CA • Manifestação das Demonstrações Financeiras, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024 • Exame e manifestação ao relatório da administração e das contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024 • Exame e manifestação sobre a proposta de destinação de resultados da Companhia apurados no exercício encerrado em 31/12/2024; • Deliberação sobre a emissão de parecer a respeito das DFs 2024, das contas dos administradores e o relatório da administração referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024 e da proposta de destinação do resultado da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31/12/2024 • Análise e aprovação do relatório anual resumido do CAE • Avaliação do relato Auditoria Interna: processos auditados 2024 <i>versus</i> 2025 • Reporte de denúncias do Canal Confidencial
Maiio/2025	• Reporte trimestral a ser enviado ao CA • Resultados do 1TRI 2025 • Relatório de Recomendações e Comentários à Administração referente ao exercício 2024, emitida pela EY (“Carta de Controles Internos 2024” ou “CCI 2024”) • Apresentação do Plano de Ação em relação às Deficiências Significativas apontadas na CCI 2024; • Formulário de Referência – Seção de Riscos
Junho/2025	• Acompanhamento do Plano Anual de trabalho da auditoria externa (2025)



	• Gestão, avaliação e monitoramento das exposições de risco da Companhia • Acompanhamento do Plano Anual da auditoria interna e das recomendações • Reporte de denúncias do Canal Confidencial • Monitoramento periódico Transações com Partes Relacionadas • Treinamento Trilha de Integridade dos membros eleitos ao CAE
Agosto/2025	• Reporte trimestral a ser enviado ao CA • Resultados do 2TRI 2025 • Apresentação do Plano de Ação em relação às Deficiências Significativas apontadas na CCI 2024
Outubro/2025	• Gestão, avaliação e monitoramento de risco da Companhia • Acompanhamento do Plano Anual de Auditoria Interna e das Recomendações • Reporte de denúncias do Canal Confidencial • Monitoramento periódico Transações com Partes Relacionadas • Apresentação das Contingências/Provisões Grupo Equatorial • Apresentação em relação ao modelo IFRS S1/S2
Novembro/2025	• Reporte trimestral a ser enviado ao CA • Resultados 3º ITR 2025 • Apresentação do Plano de Ação em relação às Deficiências Significativas apontadas na CCI 2024 • Avaliação do plano anual de auditoria interna 2026 • Revisão do Código de Ética e Conduta
Dezembro/2025	• Tema de controles internos • Gestão, avaliação e monitoramento das exposições de risco da Companhia • Acompanhamento do Plano Anual de Auditoria Interna e das Recomendações • Formalização do Plano Anual de Auditoria Interna 2026 • Calendário Anual CAE 2026 e Orçamento CAE 2026 • Reporte de denúncias do Canal Confidencial

Os membros atingiram um percentual de participação de 100% nas reuniões do Comitê durante o exercício de 2025.

3.2. Pautas e Deliberações

- Total de itens pautados: **45** (quarenta e cinco) itens.
- Total de solicitações: **15** (quinze) solicitações.
- Solicitações atendidas: **11** (onze) já foram atendidas.
- Solicitações em andamento: **4** (quatro) estão em andamento.

3.3. Temas Discutidos

Os temas discutidos podem ser agrupados da seguinte forma:

✓ **Auditoria Externa**

- Demonstrações Financeiras anuais e Informações Trimestrais.
- Acompanhamento do Plano Anual de Trabalho da Auditoria Externa 2025.
- Acompanhamento do Plano de Trabalho relativo às deficiências significativas da Carta de Controles Internos 2024.

✓ **Auditoria Interna**

- Avaliação da área de Auditoria Interna referente ao exercício de 2024.
- Acompanhamento do Plano Anual de Auditoria Interna 2025.
- Avaliação e aprovação do Plano Anual de Auditoria Interna 2026.

✓ **Ouvidoria e Canal Confidencial**

- Acompanhamento mensal das Denúncias – Canal Confidencial, com avaliação quantitativa e qualitativa.

✓ **Riscos e Controles Internos**

- Gestão, Avaliação e Monitoramento de Riscos e Controles Internos.
- Avaliação do Formulário de Referência – Seção de Riscos.

✓ **Partes Relacionadas**

- Monitoramento das Transações com Partes Relacionadas.

✓ **Jurídico e Compliance**

- Contingências e provisionamento.
- Programa de Integridade e de Privacidade.
- Revisão Código de Ética e Conduta.

✓ **Regulatório e Meio Ambiente/ESG**

- Acompanhamento de questões regulatória com potencial impacto financeiro, aplicáveis às companhias do Grupo Equatorial.
- Acompanhamento de temas envolvendo a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- Novas regras IFRS S1/S2

✓ **Tecnologia da Informação**

- Segurança Cibernética e Governança de Dados.
-

✓ **Relações com Investidores**

- Resultados trimestrais (1º, 2º e 3º ITRs/2025).
- Demonstrações Financeiras (DF 2024).
- Reportes trimestrais de atividades do Comitê ao Conselho de Administração.

✓ **Relatórios de Auditoria Interna**

- Manutenção Rede de Distribuição (Goiás e CEEE-D).
- Projetos de Obras de Expansão, Manutenção e PLPT.
- Medição de Serviços Técnicos Comerciais (STC).
- Saúde e Segurança do Trabalho.
- Cobrança e Contas a Receber.
- Contratos de Clientes Echoenergia / Contas a Receber.
- Faturamento (Leitura).
- Proteção a dados sensíveis e críticos.
- Indicadores individuais de interrupção.
- Seguros.
- Comercialização (Echoenergia).
- Cumprimento de TAC.
- Compliance.
- Orçamento e Fluxo de Caixa.
- Obtenção de Licenças para Execução das Obras e Operações / Poda e Limpeza de Faixa da Sub-transmissão.
- Contratação e Medição de Obras de Facilities.
- Tributos.
- Cadastro de Fornecedores e Compras Descentralizadas.

4. Regimento Interno

O Comitê conta com um Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração em 29 de dezembro de 2022, o qual pode ser consultado no endereço: <https://ri.equatorialenergia.com.br/esg/estatuto-social-e-codigo-de-conduta/>.

5. Recomendações e Comunicação do CAE com os Conselhos de Administração

O Coordenador ou membro do Comitê designado reúne-se trimestralmente com o Conselho de Administração das empresas que possuem o CAE constituído, a fim de relatar as principais discussões e reportar os trabalhos desenvolvidos.

Dentre as principais atividades, encontram-se as recomendações que realizou aos Conselhos de Administração, como a recomendação da aprovação das

Demonstrações Financeiras do exercício social de 2024, bem como a análise acerca das informações financeiras da Companhia referentes aos períodos findos em 31 de março de 2025 (1º ITR/25), 30 de junho de 2025 (2º ITR/25) e 30 de setembro de 2025 (3º ITR/25).

6. Conclusões

Os membros do Comitê no exercício de suas atribuições, conforme as disposições do Estatuto Social da Companhia e do Regimento Interno do Comitê, apreciaram as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes (Ernest & Young Auditores Independentes S/S Ltda.), o relatório da administração e a proposta de destinação de resultados da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e, considerando as análises realizadas no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo Comitê, bem como as informações prestadas pela administração ao longo do exercício social, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário manifestam que não encontraram objeção no encaminhamento dos referidos documentos para a devida apreciação pelo Conselho de Administração, com a posterior recomendação de aprovação à Assembleia Geral Ordinária da Companhia, nos termos da lei das Sociedades por Ações.

Tiago de Almeida Noel

Coordenador do Comitê de Auditoria
Estatutário

Jorge Roberto Manoel

Membro do Comitê de Auditoria
Estatutário

João Alberto da Silva Neto

Membro do Comitê de Auditoria
Estatutário
